

GOIÁS INDUSTRIAL

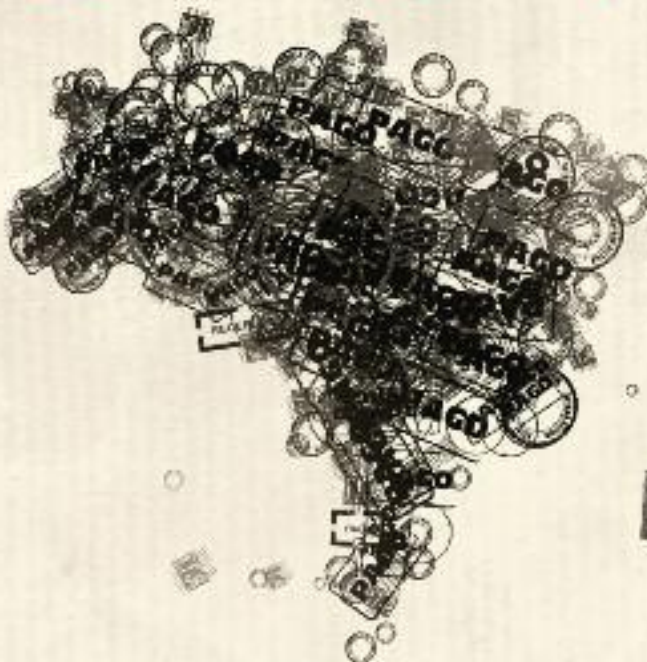
Revista do Sistema Federação das
Indústrias do Estado de Goiás



ENTREVISTA

“Brasil não pode mais adiar a reforma tributária”, declara Armando Monteiro

UMA ECONOMIA ATOOLADA EM PAPÉIS



Excessos da burocracia
consomem perto de
R\$ 38 bilhões por ano.
Apenas obrigações tributárias
exigem 2.600 horas de trabalho
das empresas. CNI e Fieg
iniciam campanha para desfazer
o nó burocrático



FACULDADE SENAI

carnes



**VESTIBULAR
INSCRIÇÕES
ABERTAS***

A MÁQUINA DO TEMPO QUE TE LEVA PARA O FUTURO

**Tecnologia de ponta em todos
os cursos de graduação**

- Análise e Desenvolvimento de Sistemas - Goiânia
- Automação Industrial – Goiânia
- Redes de Computadores – Goiânia
- Processos Químicos – Anápolis



FIEG SENAI

62 3219-1400 www.senaigo.com.br

* Inscrições até 10/06



Paulo Afonso Ferreira
pauloafonso@sistemafieg.org.br

O País requer simplificação ampla das normas, com o estabelecimento de punições severas para o descumprimento das novas regras

O mal que a burocracia faz ao Brasil

A principal matéria desta edição mostra aspectos surpreendentes do mal que a burocracia faz ao Brasil, emperrando seu desenvolvimento econômico e social.

Não basta mostrar o erro, é essencial indicar como removê-lo, por isso a Confederação Nacional da Indústria se desdobra no esforço de sensibilizar o Poder Central para a adoção de medidas capazes de, pelo menos, diminuir os impactos negativos dessa realidade que se agrava ano a ano, dificultando a operação das empresas, desviando recursos produtivos para áreas não-produtivas e incentivando a informalidade.

A CNI criou o Projeto Corte a Burocracia (www.cni.org.br), lançado em junho do ano passado, durante o Fórum Nacional da Indústria. Seu objetivo é apresentar soluções concretas aos Poderes constituídos e à sociedade para os problemas enfrentados pelo setor produtivo, decorrentes de normas e regulamentos que burocratizam demasiadamente nossa atividade econômica.

Com base nas sugestões recebidas de todos os setores, teremos as sugestões de medidas infraconstitucionais que poderão aperfeiçoar atos administrativos (decretos, resoluções, portarias,

instruções normativas, etc) e legislativos (projetos de lei).

Por iniciativa da Federação das Indústrias do Estado de Goiás, a campanha será agora reforçada e ampliada com a realização de seminários regionais e participação de especialistas, acadêmicos, representantes do setor público e da iniciativa privada. Seu foco: formatar um documento propondo desburocratização em todos os níveis, capaz de extirpar normas excessivas e exigências descabidas, para facilitar a vida das empresas e das pessoas físicas.

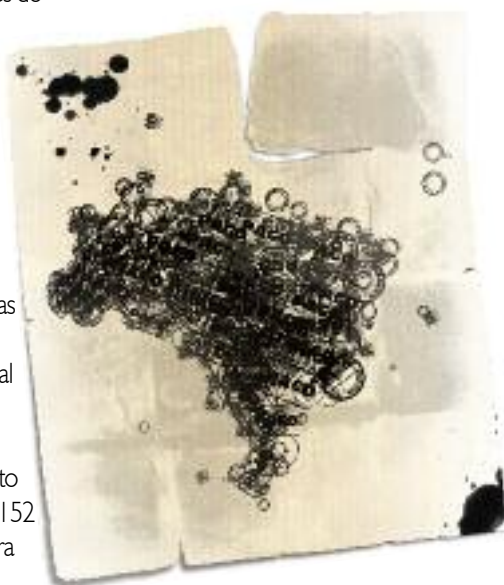
Segundo o Instituto Brasileiro de Planejamento Tributário (IBPT), da promulgação da vigente Constituição, em outubro de 1988, a igual mês do ano passado, mais de 3,7 milhões de normas foram editadas pelos governos federal, estaduais e municipais. Os municípios foram os campeões da burocratização, responsáveis por quase 70% delas. No total, 6,36% dessas normas dizem respeito a matérias tributárias.

Pelos estudos da International Finance Corporation (IFC), do Banco Mundial, em 2008, a abertura de um empreendimento no Brasil demorava, em média, 152 dias. Na Austrália, esse tempo era

de somente dois dias e, nos Estados Unidos, de seis dias. No ambiente de negócios de 181 nações, o Brasil ocupava a 125ª posição, seis lugares abaixo da que mantinha em 2006, à frente apenas do Equador, da Bolívia e Venezuela, na América Latina.

Assim, nosso País requer uma simplificação ampla das normas em vigor, com o estabelecimento de punições severas para o descumprimento das novas regras. São necessários processos ágeis, rápidos e transparentes em todas as áreas, inclusive no Judiciário.

Quanto mais participantes tivermos nessa cruzada, mais estaremos ajudando a melhorar o ambiente dos negócios no Brasil. E isso não pode demorar mais. ■



Domingos Sávio
Gomes de Oliveira,
diretor-tesoureiro da
Fieg e um dos líderes
da campanha contra os
excessos da burocracia



CAPA

26 Estimativas do Instituto Brasileiro de Planejamento Tributário (IBPT) indicam que os excessos da burocracia consomem, todos os anos, alguma coisa próxima a R\$ 38 bilhões. Isso representa 1,5% do faturamento das empresas, que são obrigadas a despender 2.600 horas por ano, mais de 108 dias apenas para lidar com obrigações tributárias acessórias. Por sugestão da Fieg, a Confederação Nacional da Indústria (CNI), em parceria com outras federações regionais, vai patrocinar uma campanha para retirar a economia do atoleiro de papéis em que foi enredada nos últimos anos.



CONSTRUÇÃO CIVIL

22 Os programas Minha Casa, Minha Vida, do governo federal, e Moradia Digna, a ser implantado numa parceria entre a União e o governo estadual, deverão injetar na indústria da construção goiana algo perto de R\$ 3 bilhões entre 2009 e 2011. Na verdade, não há prazos fixos, mas as metas daqueles programas preveem a construção de 50 mil moradias, preferencialmente para famílias com renda de até três salários mínimos. Apenas o pacote da habitação lançado em abril pelo governo federal deverá representar a criação de 50 mil empregos em Goiás, estima Roberto Elias Fernandes, presidente do Conselho Temático de Infraestrutura da Fieg.

índice

ENTREVISTA

GOIÁS MOSTRA MODA

40 Depois de 16 anos fora da comunicação, a indústria goiana de vestuário movimenta-se para realizar a Goiás Mostra Moda, destinada a atrair compradores e produtores de moda daqui e de fora, designers renomados, revendas e atacadistas. A feira, a ser realizada entre os dias 23 e 26 de junho, é uma promoção do Sindicato das Indústrias do Vestuário do Estado de Goiás (Sinvest), em parceria com Fieg, Sinroupas, Sebrae, Senai, Senac, Secretaria de Indústria e Comércio do Estado, Agicon, universidades Estadual e Federal de Goiás, Universo e associações de lojistas das Avenidas 85 e Bernardo Sayão e do Shopping Flamboyant.

AGENDA MUNICIPAL

11 A Federação das Indústrias do Estado de Goiás (Fieg) e a Câmara de Goiânia pretendem reeditar a experiência que propiciou a reformulação do Plano Diretor de Goiânia. As duas instituições começam a dedicar esforços para construir a Agenda Municipal Legislativa, que deverá incluir temas que conciliem os interesses maiores da cidade e o desenvolvimento das atividades produtivas.

8 O País precisará, agora mais do que nunca, de realizar uma reforma tributária que modernize e simplifique o sistema de cobrança de impostos, alinhando a economia brasileira às mais desenvolvidas do mundo, defende o presidente da CNI, Armando Monteiro Neto. A reforma, argumenta, vai preparar a economia brasileira para o próximo ciclo de crescimento, que virá, mais dia, menos dia, na sequência da crise que hoje fragiliza os maiores mercados globais.



CORAÇÕES DE OURO

44 Em noite memorável, o governador Alcides Rodrigues e a primeira-dama Raquel Rodrigues receberam, nos salões do Palácio das Esmeraldas, a Noite dos Corações de Ouro, evento promovido pela Mineração Serra Grande, joint-venture da AngloGold Ashanti e Kinross, em parceria com governo estadual, Fieg, Organização das Voluntárias de Goiás (OVG) e a Organização Jaime Câmara. Durante o jantar beneficente, quando foram apresentadas as joias da coleção AuDITIONS, atingiu-se uma arrecadação próxima a R\$ 1 milhão, destinados ao Setor de Transplante de Medula Óssea (STMO) do Hospital Araújo Jorge (HAJ), da Associação de Combate ao Câncer em Goiás (ACCG).

SESI/SENAI

14 Literalmente sobre rodas, Sesi e Senai, instituições do Sistema Fieg, conseguem estender ao interior de Goiás sua política de formação e capacitação de profissionais e suas ações de responsabilidade e inserção social, suprimindo demandas do mercado em geral e de empresas como a Mineração Maracá (foto) no norte do Estado. No ano passado, o Sesi atendeu a 490 indústrias, em 73 municípios goianos, levando, por meio de unidades móveis e fixas, tratamento odontológico, atividades esportivas e culturais, cursos de educação alimentar, prevenção em saúde e segurança no trabalho, sempre em parceria com seus clientes.



GOIASINDUSTRIAL



Direção

José Eduardo de Andrade Neto

Coordenação de jornalismo

Joelma Pinheiro

Edição

Lauro Veiga Filho

Subeditor

Dehovan Lima

Reportagem

Andelaide Pereira, Célia Oliveira,
Geraldo Neto, Débora Orsida,
Jávier Godinho

Colaboração

Welington da Silva Vieira

Fotografia:

Sílvia Simões

Projeto gráfico

Wesley Cesar

Diagramação e produção

Clarim Comunicação e Marketing

Rua S-6 nº 129, Sala 01,

Setor Bela Vista

(62) 3242-9095

www.clarimcomunica.com.br

contato@clarimcomunica.com.br

Publicidade

Superintendência da Fieg

(62) 3219-1470

(62) 3219-1720

Fotolito e impressão

Gráfica Kelps

As opiniões contidas em artigos assinados são de responsabilidade de seus autores e não refletem necessariamente a opinião da revista

Sistema FIEG

Federação das Indústrias do Estado de Goiás

Presidente:

Paulo Afonso Ferreira

Av. Araguaia, nº 1.544, Ed. Albano Franco, Casa da Indústria - Vila Nova CEP 74645-070 - Goiânia-GO
Fone (62) 3219-1300
Fax (62) 3229-2975

Home page:

www.sistemafieg.org.br

E-mail

fieg@sistemafieg.org.br

NÚCLEO REGIONAL DA FIEG EM ANÁPOLIS

Presidente:

Waldyr O'Dwyer

Av. Engº Roberto Mange, nº 239-A, Bairro Jundiá, CEP 75113-630, Anápolis-GO
Fone/Fax (62) 3324-5768/3311-5565

E-mail:

nureaps@sistemafieg.org.br

SESI

Serviço Social da Indústria

Diretor Regional:

Paulo Afonso Ferreira

Superintendente:

Paulo Vargas

SENAI

Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial

Diretor Regional:

Paulo Vargas

IEL

Instituto Euvaldo Lodi

Diretor Regional:

Daniel Viana

Superintendente:

Paulo Galeno Paranhos

ICQ BRASIL

Instituto de Certificação Qualidade Brasil

Diretor Regional:

Daniel Viana

Superintendente:

Paulo Galeno Paranhos

Diretoria da FIEG

Presidente

Paulo Afonso Ferreira

1º vice-presidente

Pedro Alves de Oliveira

2º vice-presidente

Wilson de Oliveira

3º vice-presidente

Ivan da Glória Teixeira

1º secretário

Hélio Naves

2º secretário

Luiz Gonzaga de Almeida

1º tesoureiro

Domingos Sávio Gomes de Oliveira

2º tesoureiro

Antônio de Sousa Almeida

Diretores

César Helou

Segundo Braoios Martinez

Ubiratan da Silva Lopes

Marley Antônio da Rocha

Joviano Teixeira Jardim

Frederico Martins Evangelista

Jorge Luiz Biasuz Meister

Aluísio Quintanilha de Barros

João Essado

Flávio Paiva Ferrari

Eduardo Cunha Zuppani

Laerte Simão

Luiz Antônio Vessani

José Vieira Gomide Júnior

Carlos Alberto Vieira Soares

Fábio Rassi

Sávio Cruvinel Câmara

Elton Teles de Campos

José Luiz Martin Abuli

Eurípides Felizardo Nunes

Aldrovando D. de Castro Júnior

José Magno Pato

Domingos Vilefort Orzil

Roberto Guimarães Mendes

Raimundo Viana Dutra

Carlos Alberto Diniz

Humberto Rodrigues de Oliveira

Mário Renato G. de Azeredo

Conselho Fiscal

Waldyr O'Dwyer

Daniel Viana

Heno Jácomo Perillo

Conselho de representantes junto à CNI

Paulo Afonso Ferreira

Sandro Antônio Scodro Mabel

Conselho de

representantes junto à Fieg

Abílio Pereira Soares Júnior

Álvaro Otávio Dantas Maia

Aurelino Antônio dos Santos

Carlos Alberto Diniz

Carlos Alberto Vieira Soares

Carlos José de Moura Júnior

Carlos Queiroz de Paula e Silva

Carlos Roberto Viana

César Helou

Cyro Miranda Gifford Júnior

Daniel Viana

Domingos Sávio G. de Oliveira

Domingos Vilefort Orzil

Edilson Borges de Sousa

Eduardo Cunha Zuppani

Eduardo Gonçalves

Elton de Teles Campos

Emílio Carlos Bittar

Emani Martins Almeida

Eurípides Felizardo Nunes

Fábio Rassi

Flávio Paiva Ferrari

Francisco Gonzaga Pontes

Francisco de Paula e Silva

Henrique Wilhem Morg de Andrade

Hélio Naves

Heno Jácomo Perillo

Jaime Canedo

Jair Rizzi

Jairo França

João Essado

Joaquim Cordeiro de Lima

Jorcelino José Nunes Neto

José Alves Pereira

José Antônio Vitti

José Divino Arruda

José Francisco de Souza

José Luiz Martin Abuli

José Magno Pato

José Romoaldo Maranhão Neto

José Vieira Gomide Júnior

Laerte Simão

Leonardo Jayme de Arimatéa

Leopoldo Moreira Neto

Luiz Carlos de Moura

Luiz Gonzaga de Almeida

Luiz Rézio

Manoel Paulino Barbosa

Mário Drummond Diniz

Marley Antônio Rocha

Mário Renato Guimarães Azeredo

Moacyr Rabello Leite Neto

Nelson Pereira dos Reis

Onofre Andrade Pereira

Orizomar Araújo de Siqueira

Paulo Afonso Ferreira

Pedro Alves de Oliveira

Pedro de Souza Cunha Júnior

Roberto Elias de Lima Fernandes

Rubens Luiz Bernardes

Sandro Antônio Scodro Mabel

Sávio Cruvinel Câmara

Sebastião Elias Barbosa

Segundo Braoios Martinez

Ubiratan da Silva Lopes

Valdenício Rodrigues de Andrade

Wellington Soares Carrijo

Wilson de Oliveira

Conselhos Temáticos

Desenvolvimento

Tecnológico e Inovação

Presidente

Ivan da Glória Teixeira

Vice-Presidente

Melchíades da Cunha Neto

Conselho Temático

de Meio Ambiente

Presidente

Henrique W. Morg de Andrade

Vice-Presidente

Domingos Sávio Gomes de Oliveira

Conselho Temático

de Infraestrutura

Presidente

Roberto Elias de Lima Fernandes

Vice-Presidente

Célio de Oliveira

Conselho Temático de Política

Econômica

Presidente

Beyle de Abreu Freitas

Vice-Presidente

Marley Antônio da Rocha

Conselho Temático de Relações

do Trabalho

Presidente

Orizomar Araújo de Siqueira

Vice-Presidente

Ricardo Roniz

Conselho Temático de Micro e

Pequena Empresa

Presidente

Humberto Rodrigues de Oliveira

Vice-Presidente

Carlos Alberto Vieira Soares

Conselho Temático de

Responsabilidade Social

Presidente

Antônio de Sousa Almeida

Vice-Presidente

Melchíades da Cunha Neto

Conselho Temático de

Agronegócios

Presidente

André Luiz Baptista Lins Rocha

Vice-Presidente

Rodrigo Penna de Siqueira

Conselho Temático de Comércio

Exterior e Negócios Internacionais

Presidente

Heribaldo Egídio

Vice-Presidente

Alberto Borges

Conselho Temático Fieg Jovem

Presidente

Alexandre Costa

Vice-Presidente

Marduk Duarte

Rede Metrologógica Goiás

Presidente

Heribaldo Egídio

Sindicatos com sede na Federação das Indústrias do Estado de Goiás - FIEG

Av. Anhanguera, nº 5.440, Edifício José Aquino Porto, Palácio da Indústria, Centro, Goiânia-GO, CEP 74043-010

SIAEG

Sindicato das Indústrias de Alimentação no Estado de Goiás
Presidente: Sandro Antônio Scodro Mabel
Fone (62) 3224-4253 / Fax 3224-9226 - siaeg@terra.com.br

SIEEG

Sindicato das Indústrias Extrativas do Estado de Goiás e do Distrito Federal
Presidente: Nelson Pereira dos Reis
Fone (62) 3212-6092/Fax 3212-6092
sieeg@sistemafieg.org.br

SIGEGO

Sindicato das Indústrias Gráficas no Estado de Goiás
Presidente: Antônio de Sousa Almeida
Fone (62) 3223-6515/Fax 3223-1062
sigego@sistemafieg.org.br

SIMAGRAN

Sindicato das Indústrias de Rochas Ornamentais do Estado de Goiás
Presidente: Carlos Queiroz de Paula e Silva
Fone/Fax (62) 3223-6667

SINCAFE

Sindicato das Indústrias de Torrefação e Moagem de Café no Estado de Goiás
Presidente: Sávio Cruvinel Câmara
Fone (62) 3212-7473/Fax 3212-5249
sincafe@sistemafieg.org.br

SINDAGO

Sindicato dos Azeiteiros do Estado de Goiás
Presidente: Emani Martins de Almeida
Fone/Fax (62) 3223-6667

SINDIALF

Sindicato das Indústrias de Alfaiataria e Confecção de Roupas para Homens no Estado de Goiás
Presidente: Daniel Viana
Fone (62) 3223-2050

SINDIBRITA

Sindicato das Indústrias Extrativas de Pedreiras do Estado de GO, TO e DF
Presidente: Moacyr Rabello Leite Neto
Fone/Fax (62) 3223-6667
sindibrita@sistemafieg.org.br

SINDICALCE

Sindicato das Indústrias de Calçados no Estado de Goiás
Presidente: Flávio Ferrari
Fone (62) 3225-6412/Fax 3225-6402
sindicalce@sistemafieg.org.br

SINDICARNE

Sindicato das Indústrias de Carnes e Derivados no Estado de Goiás e Distrito Federal
Presidente: José Magno Pato
Fone/Fax (62) 3229-1187 e 3212-1521
sindicarne@sistemafieg.org.br

SIMELGO

Sindicato das Indústrias Metalúrgicas, Mecânicas e de Material Elétrico do Estado de Goiás
Presidente: Orizomar Araújo de Siqueira
Fone/Fax (62) 3224-4462
contato@simelgo.org.br

SIMPLAGO

Sindicato das Indústrias de Material Plástico no Estado de Goiás
Presidente: Aurelino Antônio dos Santos
Fone (62) 3224-5405
simplago@sistemafieg.org.br

SINDICURTUME

Sindicato das Indústrias de Curtumes e Correlatos do Estado de Goiás
Presidente: João Essado
Fone (62) 3213-4900/Fax 3212-3970
sindicurti@uol.com.br

SINDIGESSO

Sindicato das Indústrias de Gesso, Decorações, Estuques e Ornatos do Estado de Goiás
Presidente: José Luiz Martin Abuli
Fone (62) 3225-7888
sindigesso@sistemafieg.org.br

SINDILEITE

Sindicato das Indústrias de Laticínios no Estado de Goiás
Presidente: César Helou
Fone (62) 3212-1135/Fax 3212-8885
sinleite@terra.com.br

SINDIPAÃO

Sindicato das Indústrias de Panificação e Confeitaria no Estado de Goiás
Presidente: Luiz Gonzaga de Almeida
Telefax (62) 3225-1016
sindipao@sistemafieg.org.br

SINDIREPA

Sindicato da Indústria de Reparação de Veículos e Acessórios no Estado de Goiás
Presidente: José Francisco de Souza
Fone (62) 3224-0121
sindirepa@sistemafieg.org.br

SINDMÓVEIS

Sindicato das Indústrias de Móveis e Artefatos de Madeira no Estado de Goiás
Presidente: Manoel Paulino Barbosa
Fone/Fax (62) 3224-7296
sindmoveis@sistemafieg.org.br

SINDTRIGO

Sindicato dos Moinhos de Trigo da Região Centro-Oeste
Presidente: André Lavor Pagels Barbosa
Fone (62) 3223-9703
sindtrigo@sistemafieg.org.br

SINCAL

Sindicato das Indústrias de Calciário, Cal e Derivados no Estado de Goiás
Presidente: José Antônio Vitti
Fone/Fax (62) 3223-6667
sininceg@sistemafieg.org.br

SINPROCIMENTO

Sindicato da Indústria de Produtos de Cimento do Estado de Goiás
Presidente: Marley Antônio da Rocha
Fone (62) 3224-0456/Fax 3224-0338
siac@sistemafieg.org.br

SINDQUÍMICA

Sindicato das Indústrias Químicas e Farmacêuticas no Estado de Goiás
Presidente: Eduardo Cunha Zuppari
Fone (62) 3212-3794/Fax 3225-0074
sinquifar@sistemafieg.org.br

SINVEST

Sindicato das Indústrias do Vestuário no Estado de Goiás
Presidente: José Divino Amada
Fone/Fax (62) 3225-8933
sinvest@sistemafieg.org.br

Outros endereços

SIAGO

Sindicato das Indústrias do Arroz no Estado de Goiás
Presidente: Pedro Alves de Oliveira
Rua T-45, nº 60 - Setor Bueno - CEP 74210-160 - Goiânia - GO
Fone/Fax (62) 3251-3691 - siago@cultura.com.br

SIFAÇÚCAR

Sindicato da Indústria de Fabricação de Açúcar no Estado de Goiás
Presidente: Segundo Braoios Martinez
Presidente-Executivo: André Luiz Baptista Lins Rocha
Rua C-236, nº 44 - Jardim América - CEP 74290-130 - Goiânia - GO
Fone (62) 3274-3133 / Fax (62) 3251-1045

SIFAEG

Sindicato das Indústrias de Fabricação de Alcool no Estado de Goiás
Presidente: Segundo Braoios Martinez
Presidente-Executivo: André Luiz Baptista Lins Rocha
Rua C-236, nº 44 - Jardim América - CEP 74290-130 - Goiânia - GO
Fone (62) 3274-3133 e (62) 3251-1045 - sifaeg@terra.com.br

SIMESGO

Sindicato da Indústria Metalúrgica, Mecânica e de Material Elétrico do Sudoeste Goiano
Presidente: Eurípedes Felizardo Nunes
Rua Costa Gomes, nº 143 - Jardim Marconal - CEP 75901-550 - Rio Verde - GO
Fone/Fax (64) 3613-4810

SINROUPAS

Sindicato das Indústrias de Confecções de Roupas em Geral de Goiânia
Presidente: Edilson Borges de Sousa
Rua I.137, nº 87 - Setor Marista
CEP 74180-160 - Goiânia - GO
Fone/Fax (62) 3092-4477
agicon@agicon.com.br

SINDUSCON-GO

Sindicato da Indústria da Construção no Estado de Goiás
Presidente: Roberto Elias de Lima Fernandes
Rua João de Abreu, nº 427 - Setor Oeste - CEP 74120-110 - Goiânia-GO
Fone (62) 3095-5155/Fax 3095-5176/5177
contato@sinduscongoias.com.br

Anápolis

**Av. Engº Roberto Mange, nº 239-A, Jundiá, Anápolis/GO
CEP 75113-630 Fone/Fax: (62) 3324-5768 e 3311-5565
sind.industria@terra.com.br**

SIAA

Sindicato das Indústrias de Alimentação de Anápolis
Presidente: Wilson de Oliveira

SICMA

Sindicato das Indústrias de Construção e do Mobiliário de Anápolis
Presidente: Ubiratan da Silva Lopes

SINDIFARGO

Sindicato das Indústrias Farmacêuticas no Estado de Goiás
Presidente: Eduardo Gonçalves

SIMEA

Sindicato das Indústrias Metalúrgicas, Mecânicas e de Material Elétrico de Anápolis
Presidente: Elton de Teles Campos

SINDICER

Sindicato das Indústrias de Cerâmica no Estado de Goiás
Presidente: Laerte Simão

SIVA

Sindicato das Indústrias do Vestuário de Anápolis
Presidente: José Vieira Gomide Júnior

Contra a crise, menos impostos

■ Lauro Veiga Filho

Empresários e a sociedade parecem concordar pelo menos em um ponto, assinala o presidente da Confederação Nacional da Indústria (CNI), Armando Monteiro Neto. “O Brasil não pode mais adiar a reforma tributária”. E este seria o momento preciso para isso, em plena crise. Exatamente porque uma reforma que modernize e simplifique o sistema de arrecadação de impostos, adequando-o a padrões internacionais, contribuiria para preparar o País para a fase de retomada do crescimento, que deverá chegar, mais dia, menos dia.

Em entrevista à Goiás Industrial, Monteiro Neto aponta avanços na proposta de reforma tributária que tramita no Congresso, citando a desoneração de investimentos e das exportações e a simplificação na cobrança de impostos como o ICMS, mas identifica a necessidade de avanços, especialmente na tributação sobre consumo e nos mecanismos para aproveitamento de créditos tributários. Ele defende, ainda, a introdução de regras que impeçam o aumento e a criação de tributos.

As previsões da CNI para a economia, levando-se em conta o cenário vislumbrado no começo do ano, indicam queda de 2,8% para o PIB industrial neste ano, com recuo de 4,4% para os investimentos e perda de 20% nas exportações, o que reduziria o superávit comercial para US\$ 18 bilhões, o que embute queda de 27% frente aos US\$ 24,7 bilhões registrados em 2008, ligeiramente acima dos US\$ 17 bilhões projetados pelo Banco Central.



“A retomada da atividade da indústria e dos demais setores depende, em grande parte, da recuperação da demanda externa, das condições de crédito e da confiança dos agentes econômicos”

Goiás Industrial – A CNI projeta crescimento nulo para o PIB em 2009. Quais fatores justificam essa projeção da entidade?

Armando Monteiro – A crise financeira internacional impactou a economia brasileira, revertendo as boas expectativas dos empresários e dos consumidores. A escassez de crédito e a recessão severa na economia mundial derrubaram o volume dos investimentos e das exportações. Adicionalmente, houve uma forte deterioração do emprego, o que se reflete no consumo das famílias. A forte retração de 3,6% no Produto Interno Bruto (PIB) do País no último trimestre de 2008 explicita a intensidade dos impactos da crise global sobre a economia brasileira. Por isso, a CNI estima que a taxa de crescimento do País neste ano será zero.

Goiás Industrial – Neste cenário, o que se pode esperar para a atividade industrial ao

longo dos próximos meses? Quais os setores que serão mais afetados pelas restrições externas e domésticas?

Armando Monteiro – As dificuldades com o crédito e com as exportações levaram à suspensão de parte da produção em segmentos importantes da indústria. Essa situação adversa para todas as atividades atinge especialmente os segmentos voltados à exportação e à produção de bens de consumo duráveis. Previsões da CNI indicam que o PIB industrial terá uma queda de 2,8% neste ano. A retomada da atividade da indústria e dos demais setores depende, em grande parte, da recuperação da demanda externa, das condições de crédito e da confiança dos agentes econômicos.

Goiás Industrial – De que forma os investimentos serão afetados pela crise e qual o impacto que isso terá nas perspectivas de mé-



“O governo precisa promover um vigoroso ajuste fiscal, que corte os gastos correntes e privilegie os investimentos. O Brasil também deve retomar a agenda das reformas estruturais para aumentar a competitividade das empresas e preparar a economia para o período pós-crise”

dió e longo prazo para a economia e para a indústria?

Armando Monteiro – Com a redução da demanda, os investimentos devem recuar 4,4% neste ano, atingindo toda economia. A Sondagem Especial da CNI mostra que mais da metade das empresas não completou os planos de investimentos previstos para 2008 por causa das incertezas econômicas, da queda na demanda, da escassez e do alto custo do crédito.

Goiás Industrial – Qual a expectativa da CNI em relação ao mercado de trabalho para este ano?

Armando Monteiro – Uma consulta feita pela CNI em março indica que 80% das empresas adequaram o quadro de pessoal ao cenário de crise, seja com demissões,

corte de serviços terceirizados ou suspensão de contratações planejadas. Em diversos setores, empresários e trabalhadores têm fechado acordos que visam à preservação de postos de trabalho no curto prazo. A deterioração do mercado de trabalho, com redução da oferta de empregos, queda da renda do trabalhador e aumento da informalidade, é um dos efeitos nefastos da crise econômica. Nossa previsão é de que a taxa de desemprego continuará subindo até meados do segundo trimestre e fechará o ano em torno de 7,7%.

Goiás Industrial – A CNI participa dos debates em torno da redução dos spreads bancários. Quais as medidas sugeridas pela instituição para o País enfrentar a questão?

Armando Monteiro – O aumento do spread bancário em janeiro, mês em que houve uma forte redução na taxa de juros, indica que as condições de crédito continuam precárias e que as diferenças cobradas pelos bancos dos tomadores de empréstimos estão vinculadas à aversão ao risco do crédito. Entendemos que a redução consistente dos spreads bancários requer ações coordenadas do governo e dos bancos. Tais ações envolvem a desoneração tributária das operações de crédito, a revisão dos compulsórios, o incentivo à concorrência entre as instituições financeiras. Outra medida importante para reduzir os custos dos empréstimos é a criação do cadastro positivo. A mudança que melhore o uso da informação sobre o tomador de financiamento e que diminua os riscos de inadimplência.



Goiás Industrial – O governo brasileiro adotou uma série de medidas para minimizar os efeitos na crise. A seu ver, essas medidas caminham na direção correta?

Armando Monteiro – Todas as medidas governamentais que visam à reativação do crédito e à sustentação da demanda são positivas, mas precisam ser aprofundadas. A redução do Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI) sobre os veículos e, mais recentemente, de itens para construção civil desonera setores importantes para a recuperação da produção e do emprego. A indústria automobilística, por exemplo, responde por quase um quarto de toda a produção industrial do País, e a construção civil é grande empregador de mão-de-obra. Esses incentivos devem ser complementados com a intensificação dos cortes nos juros básicos da economia e a redução dos spreads bancários. O governo precisa promover um vigoroso ajuste fiscal, que corte os gastos correntes e privilegie os investimentos. O Brasil também deve retomar a agenda das reformas estruturais para aumentar a competitividade das empresas e preparar a economia para o período pós-crise. Precisamos aprovar a reforma tributária, modernizar a legislação trabalhista e mudar as regras da Previdência Social.

Goiás Industrial – Qual a posição da CNI em relação à proposta de reforma tributária em tramitação no Congresso? Há chances de aprovação da reforma ainda neste ano?

Armando Monteiro – Há um consenso na indústria e no restante da sociedade de que o Brasil não pode mais adiar a reforma tributária. A modernização do sistema de arrecadação de impostos é imprescindível para adequar as normas brasileiras aos padrões internacionais, fortalecer a economia diante da crise e preparar o País para um novo ciclo de crescimento. O desenho do novo



“ENTENDEMOS QUE A REDUÇÃO CONSISTENTE DOS SPREADS BANCÁRIOS REQUER AÇÕES COORDENADAS DO GOVERNO E DOS BANCOS, ENVOLVENDO A DESONERAÇÃO TRIBUTÁRIA DAS OPERAÇÕES DE CRÉDITO, A REVISÃO DOS COMPULSÓRIOS, O INCENTIVO À CONCORRÊNCIA ENTRE AS INSTITUIÇÕES FINANCEIRAS”

sistema deve contemplar a isonomia no campo tributário e rever a tributação sobre o consumo. A proposta em tramitação no Congresso Nacional contém avanços importantes na direção da simplificação do sistema, da desoneração dos investimentos e das exportações. Também reduz os encargos sobre a folha de salários, promove a substituição de alguns tributos federais pelo IVA-Federal e propõe o fim da cumulatividade. Simplifica e harmoniza o Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS) por meio da adoção de uma legislação federal única e melhora os mecanismos de utilização de créditos tributários e de ga-

rantias aos contribuintes. Mas há pontos que precisam ser aperfeiçoados ao longo da discussão da matéria no plenário da Câmara dos Deputados. Entre as mudanças necessárias estão a maior agilidade nos mecanismos de utilização dos créditos tributários, a não-permissão da sistemática de cobrança por dentro e o estabelecimento de uma regra que impeça o aumento e a criação de tributos.

Goiás Industrial – A OMC projeta queda recorde no comércio mundial e já se percebe uma movimentação dos países em direção à adoção de medidas protecionistas. Quais os riscos que o acirramento do protecionismo pode trazer para o País e para a indústria?

Armando Monteiro – Cresce, em alguns países, a tendência de adoção de medidas de restrições comerciais para minimizar os efeitos da crise. Mas a imposição de barreiras tarifárias e não-tarifárias agravará ainda mais as condições do comércio internacional, que está fragilizado com a queda na demanda. O recrudescimento do protecionismo deixará países como o Brasil, que exporta para todo o mundo, mais vulneráveis à crise. Por isso, é fundamental que os países renovem e intensifiquem os esforços para resgatar o processo negociador da Rodada Doha da Organização Mundial do Comércio (OMC). Um acordo equilibrado e a definição de novas bases para o comércio multilateral ajudarão a reativar o mercado internacional e contribuirão para a recuperação da economia global.

Goiás Industrial – Qual a expectativa da CNI em relação às exportações da indústria para 2009?

Armando Monteiro – O cenário é de forte contração do comércio mundial. As condições de crédito continuarão restritas e a demanda se manterá baixa, o que reduzirá as exportações brasileiras. Esperamos uma queda de 20% nas vendas externas deste ano em relação a 2008. As importações também devem cair na mesma proporção e o superávit comercial ficará em US\$ 18 bilhões. ■

ESPAÇO PARA A POLÍTICA

Fieg e Câmara de Vereadores de Goiânia lançam agenda com temas de interesse do empresariado, na primeira versão do gênero em todo o País

Nunca foi tão urgente falar sobre política, praticar política, por mais espinhoso que o tema tenha se tornado nos últimos tempos, afirmou o presidente da Câmara de Goiânia, vereador Francisco Vale Júnior (PMDB), durante reunião-almoço na sede da Federação das Indústrias do Estado de Goiás (Fieg) para o lançamento da Agenda Legislativa Municipal, ainda em fase de construção.

“O País nunca precisou tanto de política”, insistiu Vale Júnior, porque talvez essa seja a única possibilidade de o Brasil enfrentar sua crise institucional, por paradoxal que possa parecer, criando novas formas de intermediação com a sociedade. Nesse sentido, prosseguiu o presidente da Câmara, a agenda legislativa, que começa a ser montada, traz a possibilidade de criação de um novo modelo de governança, com participação pública e democrática de representantes do Poder Legislativo municipal e da classe empresarial.

Num cenário de crise econômica, declarou Paulo Afonso Ferreira, presidente da Fieg, “este é um momento de unidade das instituições que participam do processo decisório no País e as decisões da Câmara de Vereadores afetam todos e cada um de nós de forma direta.” Um dos objetivos da agenda, a primeira do gênero em todo o País e que vai consolidar os temas de interesse do empresariado em discussão na Câmara, será abrir espaço para “o debate franco e aberto, reeditando a experiência bem-sucedida na tramitação do Plano Diretor de Goiânia”, reforçou Paulo Afonso.

Vale Júnior, que participou do encontro na Fieg acompanhado de praticamente todos os vereadores goianienses, sugeriu que haverá espaço na Câmara para a criação de uma “legisla-



Paulo Afonso e vereadores: momento de unidade das instituições que tomam decisões no País

ção pró-desenvolvimento para a capital do Estado, de forma a dinamizar a economia do município, estimular a geração de empregos e a consequente melhoria na qualidade de vida da sociedade.” O presidente da Câmara citou, igualmente, o processo de montagem do Plano Diretor, ocorrido quando ainda era secretário municipal. O debate de opiniões, no caso, “contribuiu para enriquecer o processo, permitindo a conciliação de pontos de vista diversos e a consolidação de um projeto que respeita os interesses da cidade sem prejudicar o desenvolvimento econômico.”

Em seu discurso, Paulo Afonso lembrou que o avanço industrial deverá respeitar a vocação de Goiânia, adequando-se a formas não poluentes de produção, o que favoreceria, por exemplo, a instalação de confecções. Mas, neste

caso, será preciso pensar em soluções para o setor de lavanderia, que faz parte do processo de produção de roupa. “Podemos pensar em formas de incentivar a instalação de uma grande lavanderia, em área definida, com sistemas adequados de tratamento de efluentes, para atender à indústria de confecções como um todo.”

Em outro exemplo, o presidente da Fieg indicou a possibilidade de estimular a implantação de estacionamentos subterrâneos ou a construção de edifícios-garagem, de forma a solucionar a falta de espaços no Centro da capital. Paulo Afonso defendeu ainda a necessidade de mudanças na área ambiental, de forma a que as multas, “transformadas em instrumento de arrecadação, não estrangulem a atividade empresarial. Deus criou a natureza para servir ao homem”, arrematou.

CONFIABILIDADE À PROVA

Mais do que um aspecto mercadológico, a validade dos ensaios e calibrações garante à sociedade resultados confiáveis

■ Célia Oliveira

“Considero os programas interlaboratoriais muito importantes, já que conseguimos nos avaliar quanto aos resultados, nossos principais produtos.” A opinião do gerente técnico da Engeval Metrologia Industrial, o engenheiro José Mário Ribeiro, expressa o valor dos Programas de Comparação Interlaboratorial, que servem de bússola a laboratórios de diferentes segmentos.

Por constituírem um meio de avaliar e demonstrar à sociedade a confiabilidade dos dados produzidos por um laboratório, esses programas, planejados e desenvolvidos por Redes Metrológicas, também verificam o desempenho de um método analítico, atribuem valor de referência a um material, melhor conhecimento da natureza dos desvios cometidos, o monitoramento de metodologias e da calibração/aferação de equipamentos, detecção de necessidade de treinamento, aprimoramento dos serviços prestados e, ainda, servem de benchmarking.

Nesse sentido, a Rede Metrológica Goiás, organismo articulador na prestação de serviços de ensaio e calibração, sediada no Instituto Euvaldo Lodi (IEL Goiás), planeja para este ano a realização de quatro rodadas de Comparação Interlaboratorial para diferentes áreas, visando dotar os laboratórios, de acordo com a NBR ISO/IEC 17025, de procedimentos de controle e qualidade.

O presidente do Conselho da Rede

“Para a Engeval participar do programa foi bastante interessante e já estamos buscando a participação em outros programas em nível nacional. Espero que a Rede Metrológica Goiás continue promovendo esses programas e inove em outras áreas.”

Engº José Mario Ribeiro
Gerente técnico/Engeval
Metrologia Industrial

“Os programas são de extrema importância, porque, primeiro, passa-se a conhecer o processo de análise e o que se pode melhorar. É mais confiabilidade analítica.”

Aline Vieira Peixoto
Bioquímica, técnica de análise
laboratorial/Saneago

Metrológica Goiás, Heribaldo Egídio, lembra que, no ano passado, excelentes resultados foram alcançados, tanto com as rodadas interlaboratoriais (água, semente e balança), quanto com os seminários e cursos. “Um laboratório

comprometido com a confiabilidade de seus resultados emitidos participa de intercomparações, pois as utiliza como ferramenta para saber se seus resultados estão satisfatórios ou não em relação a outros laboratórios do mesmo segmento”, comenta. Heribaldo explica também que a Rede Metrológica Goiás oferecerá continuamente oportunidades para que os laboratórios goianos atendam ao setor produtivo com mais confiabilidade.

CULTURA METROLÓGICA

Importantes no processo de assegurar a qualidade de um resultado de análise, os Programas de Comparação Interlaboratorial, um serviço permanente ou planejado pelas Redes Metrológicas estaduais, são, consequentemente, um esforço de difundir a cultura metrológica em âmbito interno dos laboratórios.

O presidente da Rede de Goiás explica que, muitas vezes, os controles diários podem incluir erros sistemáticos que nem sempre são perceptíveis. “As comparações permitem que os participantes validem seus resultados”, diz Heribaldo Egídio.

Outra questão que define a necessidade e a diversificação dos interlaboratoriais é o avanço da tecnologia e outros recursos materiais, o que exige do setor produtivo preparação e adaptação. Essa realidade não pode ser improvisada, ao contrário, demanda qualificação, treinamento e recursos humanos habilitados, conhecedores de normas e procedimentos específicos.

Etapas do programa

Para um Programa de Comparação Interlaboratorial começar a ser planejado, é preciso um coordenador e laboratórios participantes. O primeiro define a natureza e o propósito do programa, os itens de ensaio e como esses serão obtidos e encaminhados aos participantes. O coordenador ainda decide os ensaios e as operações a serem efetuadas, as metodologias a serem utilizadas, a duração do programa, as datas de envio dos itens de ensaio, quais serão os laboratórios participantes, a elaboração do manual de instrução para os participantes, as técnicas e os modelos estatísticos a serem usados no tratamento dos dados. O laboratório inscrito deve executar os ensaios seguindo as instruções do coordenador do programa, encaminhar os resultados obtidos para o mesmo, verificar sua situação em relação ao conjunto de participantes e efetuar ações corretivas, quando for o caso.

O programa se baseia em quatro etapas: planejamento do programa, preparação das amostras, execução dos ensaios e avaliação de desempenho dos laboratórios.

Os objetivos são: estimular laboratórios na busca pela garantia da qualidade; determinar o desempenho individual dos laboratórios em relação aos ensaios propostos, tanto dentro do próprio laboratório quanto entre os outros participantes; reforçar o interesse na garantia da qualidade, fornecendo uma base para as ações corretivas no laboratório cujos dados não atingem o nível de aceitação requerido; e atendimento à NBR ISO/IEC 17025, por parte dos laboratórios.



REDE METROLÓGICA GOIÁS

Rodadas de Programas de Comparação Interlaboratorial 2009

Massa	Água	Pressão
Inscrições: 13 a 31/07	Inscrições: 17/08 a 04/09	Inscrições: 28/09 a 02/10
Calibrações: 03 a 14/08	Calibrações: 08 a 18/09	Calibrações: 05 a 19/10
Envio dos resultados: até 21/08	Envio dos resultados: até 25/09	Envio dos resultados: até 30/10
Entrega dos relatórios: 25/09	Entrega dos relatórios: 23/10	Entrega dos relatórios: 30/11



PRESENÇA NO NORTE

Criadas para dinamizar a atuação do Sistema Fieg, unidades e ações móveis levam formação profissional e responsabilidade social ao interior



■ Andelaide Lima

Localizado na Região Norte do Estado, o pequeno município de Alto Horizonte, a 341 quilômetros de Goiânia, experimenta fase de crescimento socioeconômico desde a instalação da Mineração Maracá na cidade, em 2005. Integrante do grupo canadense Yamana Gold, a mineradora entrou em operação em novembro de 2006, produzindo concentrado de cobre e ouro. No ano passado, foi considerada a terceira maior empresa exportadora de Goiás, segundo dados da Superintendência de Comércio Exterior, da Secretaria de Indústria e Comércio. Atualmente, a Mineração Maracá trabalha na expansão de sua unidade industrial para aumentar em 50% a capacidade de produção.

Apesar do pouco tempo de implantação, a mineradora tem contribuído com o crescimento do Estado, ao gerar emprego e renda na região. Para tanto, investe forte no desenvolvimento da população local com a estruturação de atividades de educação profissional, lazer, saúde, esporte e responsabilidade social, realizadas por meio de ações móveis coordenadas pela Unidade Integrada Sesi Senai Sama, de Minaçu, também no Norte de Goiás.

Distante 240 quilômetros de Alto Horizonte, a unidade integrada atua ainda em outros 21 municípios. ➡

Acima, Mineração Maracá, com produção prevista em 5,5 toneladas de ouro, investe em expansão. Ao lado, jazida a céu aberto movimenta 202 mil toneladas por ano de concentrado de ouro e cobre



Da aprendizagem à habilitação

Parceira do Senai antes mesmo de sua inauguração, a Mineração Maracá recorreu à instituição para construir seu complexo industrial em Alto Horizonte. Para trabalhar no canteiro de obras da mineradora, mais de 600 profissionais foram qualificados pelo Senai em diversos cursos na área de construção civil, ministrados gratuitamente para a população. A empreitada contou ainda com a participação da prefeitura e as atividades foram realizadas em ação móvel da Faculdade de Tecnologia Senai Roberto Mange, de Anápolis. Com o início das operações, a empresa passou a ser atendida pela Unidade Integrada Sesi Senai Sama, que oferece no município formação profissional em cursos que vão da aprendizagem industrial à habilitação técnica.

“Investir na comunidade à qual está inserida faz parte das principais diretrizes da empresa. Ao aproveitar a mão-de-obra local, promovendo a capacitação profissional da população e a qualidade de vida do trabalhador, a empresa ganha em produtividade e contribui para sustentabilidade da região. Para isso, buscamos parceria com Sesi e Senai, referências em suas áreas de atuação. Com o apoio das instituições, a mineradora alcançou um nível de excelência surpreendente, considerando o seu pouco tempo de



“Investir na comunidade à qual está inserida faz parte das principais diretrizes da empresa”

Tadeu Costa,
gerente administrativo e de recursos humanos da Mineração Maracá

operação”, avalia o gerente administrativo e de recursos humanos da Mineração Maracá, Eugênio Tadeu Costa.

OPORTUNIDADE DE EMPREGO

Werley Rodrigues, de 18 anos, trabalha diariamente das 23 horas às 5h30 da manhã do dia seguinte como vigilante noturno. Mesmo cumprindo uma jornada exaustiva, ele ainda encontrou disposição para fazer o



Primeira turma : Werley Rodrigues enfrenta 30 quilômetros de estrada todos os dias



Keith Danila: distância “não me impede de querer crescer profissionalmente”



Aline Ribeiro: curso representa um passaporte para o mercado de trabalho

curso de aprendizagem em eletroeletrônica. Werley integra a primeira turma de jovens aprendizes mantidos pela Mineração Maracá como alunos cotistas para atender à chamada Lei da Aprendizagem, que regulamenta a contratação de adolescentes.

Morador de Campinorte, ele ainda enfrenta 30 quilômetros de estrada para assistir às aulas em Alto Horizonte. “Não é fácil, mas as vantagens oferecidas pela empresa, além da oportunidade de ter uma profissão, me dão forças para continuar”, pondera.

Aspirante ao curso de engenharia de minas, Keith Danila Neves, apesar da timidez, é determinada e sabe bem o quer da vida. Aos 16 anos, ela faz o 3º ano do ensino médio à noite e, pela manhã, se dedica às aulas da aprendizagem. “Moro em Nova Iguaçu de Goiás, que fica a 17 quilômetros de Alto Horizonte, mas isso não me impede de querer crescer profissionalmente. O curso é excelente e representa um diferencial competitivo para o mercado de trabalho”, acredita.

Para Aline Ribeiro, de 18 anos, a aprendizagem em eletroeletrônica é uma porta aberta para o emprego. “Com o curso, teremos melhores condições de disputar uma vaga na própria empresa ou em outra indústria. O importante é que o aprendizado conquistado é um passaporte para o trabalho”, diz.

Realizada ano passado, a seleção para a aprendizagem em eletroeletrônica mobilizou a cidade de Alto Horizonte. Ao todo, 320 pessoas disputaram as 16 vagas oferecidas. Além da bolsa de estudos, a Mineração Maracá assina a carteira de trabalho dos aprendizes e banca o transporte aos alunos que moram fora do município.

As atividades são realizadas no Centro de Treinamento da mineradora, que, em breve, poderá abrigar um Núcleo Integrado Sesi Senai. “Nossa intenção é construir novas instalações ou reformar a que temos para a implantação de mais serviços e produtos desenvolvidos pelas instituições, principalmente na área de educação profissional”, informa Eugênio Costa.



Unidade móvel: turma de qualificação em mecânica de máquinas pesadas na Mineração Maracá

Ensino sobre rodas

Estacionada ao lado do Centro de Treinamento, a Unidade Móvel de Mecânica Diesel é a sala de aula dos alunos que participam do curso de qualificação profissional em mecânica de máquinas pesadas. Auxiliar de manutenção na Mineração Maracá, Jhoney Batista aprovou a maneira especial de assistir às aulas. “A diferença para o ensino tradicional é que estamos dentro de uma carreta, mas na unidade móvel temos tudo que precisamos para a realização das atividades práticas. O curso tem contribuído muito no desempenho de minhas funções na empresa”, destaca.

Para o borracheiro Lionir Siqueira Lima, há quatro anos trabalhando na mineradora, o curso tem significado especial em sua carreira. Graças à qualificação, ele será promovido a mecânico. “O mercado está cada dia mais competitivo e a empresa tem incentivado aqueles que buscam melhorar sua capacitação. Sinto-me recompensado por ter dedicado parte do meu dia ao curso.”

José Alves da Silva e Roberto Carlos Guerbari ocupam a função de lubrificador na mineradora. Animados com os conhecimentos adquiridos na qualificação, eles pretendem dar continuidade à formação profissional participando de outros cursos. “As aulas fizeram a diferença em minhas atividades na empresa. Além disso, o instrutor está sempre esclarecendo as dúvidas que surgem durante o dia-a-dia



Aula prática: empregados da mineradora participam de curso para qualificação em mecânica diesel

do nosso trabalho, o que facilita muito o aprendizado”, diz José Alves.

DESAFIO

Desde que concluiu o ensino médio em 1993, Francisco José da Cruz, de 35 anos, nunca mais havia frequentado uma sala de aula. A oportunidade de retornar aos estudos surgiu em setembro de 2007, com a implantação da habilitação técnica em eletrônica em Alto Horizonte. Funcionário da Mineração Maracá na área de manutenção mecânica, ele sempre teve vontade de fazer um curso técnico. “Com a chegada do Senai à cidade e o apoio financeiro da empresa, pude realizar um sonho após ficar 14 anos sem estudar. O desafio está sendo grande, mas o retorno é recompensador”.





Metalurgia: treinamento de pessoal para a unidade de exploração de níquel da Anglo American

Formação para o emprego

Outro exemplo de ação móvel na Região Norte vem da Unidade Integrada Sesi Senai Niquelândia. Em maio de 2008, a unidade iniciou o curso técnico em metalurgia, destinado à formação e ao aperfeiçoamento de profissionais para atuar na unidade industrial de exploração de minério de níquel da Anglo American, localizada em Barro Alto, cidade vizinha. A usina da mineradora no município deve ficar pronta em 2010 e irá produzir 36 mil toneladas anuais de ferroníquel, por um período de 26 anos.

Os alunos foram selecionados na própria comunidade de Barro Alto e são mantidos pela Anglo American, que financia o curso, além de alimentação e uniforme, com possibilidades de contratação após o término da habilitação. Para assistir às aulas na cidade vizinha, o grupo enfrenta, de segunda a sexta-feira, 120 quilômetros de estrada, com transporte pago pela prefeitura de Barro Alto.

Operador de máquinas em uma indústria



Cleiber José Gomes: “A empresa investe na formação de mão-de-obra porque precisa de profissionais capacitados”

de cerâmicas, Cleiber José Gomes vive expectativa de mudar de emprego com a conclusão do curso. “A empresa investe na formação de mão-de-obra porque precisa de profissionais capacitados, mas se não conseguir uma vaga na mineradora já me sinto realizado por estar entre os selecionados para a habilitação. Com o certificado em mãos, terei maiores chances no mercado de trabalho”, acredita.

Colegas de turma e de serviço, Fernando Dias e Adriano Pires dos Santos trabalham na área de amostragem da Anglo American. Eles apostam na habilitação técnica para crescer na empresa. “Trabalhar o dia inteiro e estudar à noite é muito cansativo, mas o esforço é recompensado pelo excelente nível de atividades desenvolvidas durante o curso e pela oportunidade de ascensão profissional”, diz Adriano. A Votorantim Metais também mantém uma turma na habilitação técnica em metalurgia.

Inaugurada em 2006, a Unidade Integrada Sesi Senai Niquelândia é fruto de parceria bem-sucedida entre as duas instituições, as mineradoras Anglo American e Votorantim Metais e a prefeitura local. Além de Barro Alto, a unidade atua também em outros 13 municípios.

SAIBA MAIS

Uma das três maiores minas de metais básicos do Brasil, a Mineração Maracá Indústria e Comércio emprega 617 trabalhadores diretos e outros 923 terceirizados. Segundo dados da Secretaria de Planejamento e Desenvolvimento do Estado (Seplan), este ano a mineradora deverá produzir entre 140 mil e 155 mil onças de ouro e entre 145 milhões e 150 milhões de libras de cobre. Esses produtos são obtidos a partir da movimentação de 202 mil toneladas anuais de concentrado de cobre e ouro, que são transportadas e exportadas via portos de Vitória (ES). Os principais compradores são países europeus e asiáticos.

Com base no Canadá, o grupo Yamana Gold produz ouro, outros metais preciosos e cobre. A empresa possui áreas para produção de ouro em estágio de desenvolvimento, em pesquisa e direitos sobre áreas no Brasil, Chile, México, na Argentina, América Central e nos Estados Unidos. O grupo conta com nove minas em exploração e três projetos em desenvolvimento. As unidades da empresa no Brasil



ficam em Goiás, Mato Grosso e na Bahia. A meta da Yamana é atingir a produção sustentável de cerca de 2 milhões de onças de ouro em 2012.

Unidades Móveis

- Unidade Móvel de Refrigeração
- Unidade Móvel de Mecânica Automotiva Pesada (Diesel)
- Unidade Móvel de Mecânica Automotiva Leve (Álcool/Gasolina)
- Unidade Móvel de Eletroeletrônica
- Unidade Móvel de Panificação
- Unidade Móvel de Informática
- Hidráulica e Pneumática

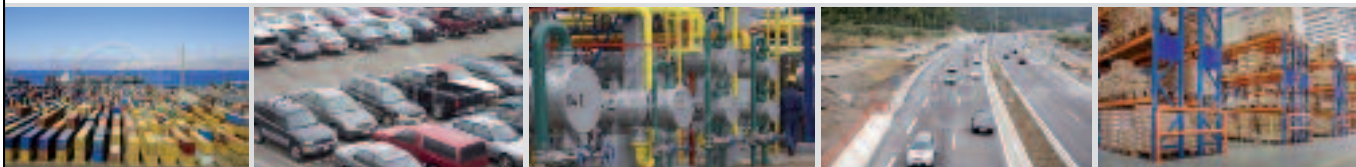
CONTATO:

Escola Senai Vila Canaã

(62) 3558-3344

Soluções de vídeo monitoramento CMA

Sua empresa ao alcance dos seus olhos.



A CMA oferece a mais avançada tecnologia em vídeo monitoramento para a sua empresa. Câmeras de segurança transmitindo via wireless, fibra óptica ou cabo, permitem monitoração através de uma central, com alta definição de imagens e gravação em tempo real.

Tel: (11) 3053-2614

www.cmatelecom.com.br

telecom@cma.com.br

CMA Telecom

Aonde a indústria está

Lazer, saúde, esporte, cultura, responsabilidade social e educação formam um cardápio de serviços que o Sesi oferece às indústrias goianas

■ *Débora Orsida*

É com o objetivo de chegar à indústria, onde ela estiver, que o Sesi desenvolve suas atividades, ao longo de 56 anos de atuação em Goiás. Em 2008, foram mais de 490 indústrias atendidas, em 73 municípios, com ações que a instituição leva para dentro da empresa por período determinado, facilitando o acesso do trabalhador.

São unidades móveis e fixas para tratamentos odontológicos, atividades esportivas e culturais, cursos de educação alimentar, ações educativas e preventivas em saúde e segurança no trabalho, além da ginástica na empresa e educação básica com salas de aulas dentro do ambiente de trabalho, em parceria com os clientes.

Paulo Vargas, superintendente do Sesi Goiás, destaca que a instituição busca estar cada vez mais perto do trabalhador. “Além das unidades móveis, que vão ao encontro dos clientes, trabalhadores da indústria e seus dependentes também podem participar das programações de cursos e atividades esportivas e culturais que as unidades fixas oferecem nas cidades do interior e em Goiânia.”

O superintendente salienta que o Sesi tem o compromisso de oferecer, em especial, programas que elevem a qualidade de vida do trabalhador em seu ambiente de trabalho e, assim, contribuam para a melhoria das condições de competitividade da empresa industrial. “Com intensidade cada vez maior de ações, o Sesi revigora o princípio da cidadania empresarial. Além de promover atividades nas áreas de saúde e res-



Lazer e tênis de mesa: trabalhadores da Maracá, em Alto Horizonte, no intervalo do almoço



Centro de Vivência: trabalhadores fazem a sesta para recuperar forças e retomar o trabalho

ponsabilidade social, a instituição também desenvolve atividades em esporte, lazer, cultura e educação”, explica.

MENTE SÃ EM CORPO SÃ

Esse antigo provérbio é uma realidade para os trabalhadores da Mineração Maracá, em Alto Horizonte, Região Norte de Goiás, que exercitam mente e corpo em busca de uma vida mais saudável e disposta. Assim como se dedicam ao aperfeiçoamento profissional em cursos do Senai, eles também participam de atividades de lazer promovidas pelo Sesi, como ginástica laboral, práticas esportivas, massagens e recreação. “A prática de esportes é fundamental para vida. É preciso sempre buscar o equilíbrio entre o físico e a mente”, destaca o gerente geral da Mineração Maracá, Paulo Henrique Paiva de Almeida.

Integrante da equipe de futebol sete máster da empresa, ele é um grande incentivador do esporte entre os colaboradores. “Trabalhamos muito e quando estamos na quadra é um momento de integração, além de cuidarmos da saúde, voltamos para o trabalho com outra disposição.”

O Sesi está presente dentro da Mineração Maracá com os professores de educação física Willian Félix de Oliveira e Absair Ferreira, que realizam diariamente a ginástica laboral. “Começamos o dia com alongamento, acordando os músculos para o trabalho. Todos os colaboradores participam desse momento e vão para seus postos mais animados e motivados”, explica Willian Félix.

Para Wesley Yuri de Souza, coordenador de Recursos Humanos, investir nessas atividades é importante para a prevenção de doenças ocupacionais, estratégia que tem apresentado resultados positivos. Um exemplo é a participação da empresa nos Jogos do Sesi. Yuri conta que, em 2007, a empresa foi representada na competição por sete pessoas. “No ano passado, já levamos 27 trabalhadores-atletas a Goiânia e voltamos para Alto Horizonte com três medalhas e a expectativa, agora, é de levarmos 50 representantes da Mineração Maracá para os Jogos do Sesi, em setembro deste ano”, prevê.



Eldson Sousa e Silva : primeiro passo para a empresa participar dos Jogos do Sesi



Yuri Souza: equipe conquistou três medalhas no Jogos do Sesi e tem fôlego para mais



José Dantas: “Jogar bola é um momento de desconcentração e de confraternização”



Dyego Mendes: “Momento para cuidar do corpo e da mente”

Atletas da vida

O empenho da empresa na área de esportes tem boa repercussão entre os colaboradores. José Pereira Dantas, de 44 anos, nasceu no Rio Grande do Norte e veio para Goiás em 1978. Trabalhou no serviço militar e, desde 1986, atua na área de mineração. Na Mineração Maracá há dois anos, ele hoje é supervisor de minas e comanda 58 colaboradores. É um apaixonado por esporte.

“Trabalhamos muito, temos metas a cumprir e um dia-a-dia de várias atividades. Jogar bola é um momento de descontração e confraternização”, diz José Dantas. Para o técnico em informática Dyego da Silva Mendes, 21 anos, uma das atividades mais importantes do Sesi é a ginástica laboral. “É um momento para cuidarmos do nosso corpo e mente. Não é apenas um alongamento, mas um instante que paramos para relaxar e cultivar o nosso bem-estar.”

Em 2007, Eldson Sousa e Silva, 22 anos, tomou a iniciativa de reunir um grupo de amigos, formou o time de futsal da Mineração Maracá e foi para Goiânia participar dos Jogos do Sesi. “A empresa nos deu o uniforme e o transporte. Fomos sem muita pretensão e ganhamos a medalha de prata”, conta todo orgulhoso.

A SAÚDE COMEÇA PELA BOCA

Outra ação do Sesi, o serviço de odontologia é oferecido às indústrias por meio de unidades móveis ou com a instalação de gabinete odontológico dentro da empresa. A Anglo American, localizada em Niquelândia, foi uma das primeiras indústrias na região a instalar consultório odontológico para atender seus colaboradores. “Há mais de 20 anos a empresa oferece esse serviço a trabalhadores e dependentes, o que proporciona melhor qualidade de vida, bem-estar e autoestima para eles”, diz Tiago Ferri, gerente da Unidade Integrada Sesi Senai Niquelândia.

O odontólogo Marcos Vinícius Machado Ferrarini conta que a unidade odontológica atende cerca de 400 pessoas por mês e realiza mais de 600 procedimentos. ■

Em obras: programa federal deverá abrir quase 50 mil novos empregos no setor da construção

CORRIDA PELA MORADIA POPULAR

Estado deverá receber 50 mil novas unidades até 2010 ou 2011, com investimentos que poderão se aproximar dos R\$ 3 bilhões até lá

Se a iniciativa privada demonstrar a mesma agilidade revelada durante a fase de anúncio do “pacotão da moradia popular”, Goiás poderá receber uma injeção entre R\$ 1,5 bilhão a R\$ 1,7 bilhão, embora alguns mais afoitos animessem-se a arriscar quantias mais próximas dos R\$ 3 bilhões, quando incluídas outras linhas federais e mais recursos do governo estadual. As contas, na verdade, assim como os prazos para a realização dos investimentos, estão em aberto desde que o governo federal confirmou, em meados de abril, as regras do programa Minha Casa, Minha Vida (*leia quadro*).

Programado para financiar a construção de 1 milhão de moradias populares em todo o País, num prazo indeterminado, o pacote contribuiria para eliminar quase 13% de um déficit habitacional calculado em 7,935 milhões de moradias, número que representava 14,5% do total de

domicílios registrados em 2006 pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), segundo a Fundação João Pinheiro.

Para o Estado, o déficit habitacional projetado chegaria a 202,27 mil moradias, representando 11,6% do total de domicílios goianos e 2,55% do déficit brasileiro. O programa prevê a construção de 27.613 unidades em Goiás, o que seria suficiente para solucionar quase 14% daquele déficit, segundo o presidente do Conselho Temático de Infraestrutura da Fieg, Roberto Elias de Lima Fernandes.

Apenas a construção das residências para famílias de renda mais baixa, incluindo o custo dos terrenos, exigirá R\$ 34 bilhões, dos quais Fernandes estima que R\$ 1,5 bilhão terão Goiás como destino, permitindo a geração de 50 mil empregos no Estado e 1,5 milhão em todo o País. Quando o orçamento passa a considerar os investimentos necessários

em obras de infraestrutura e em regularização fundiária, o volume de recursos aproxima-se dos R\$ 60 bilhões, a serem liberados pela Caixa Econômica Federal, responsável pela contratação e liberação dos empréstimos, até 2011. O cronograma da Caixa prevê a liberação de R\$ 15 bilhões neste ano, mais R\$ 30 bilhões em 2010 e, finalmente, outros R\$ 15 bilhões no ano seguinte, cobrindo faixas de renda familiar entre três (R\$ 1.395) a 10 salários mínimos (R\$ 4.650).

“A indústria da construção em Goiás está de fato animada com o programa, já que o setor sempre pediu mais crédito e mais subsídios para moradias populares e menos burocracia”, declara Fernandes. A Caixa assumiu o compromisso de reduzir o prazo de análise das propostas de financiamento de projetos habitacionais de 120 para 45 dias, assim como promete aprovar e contratar o financiamento direto aos mutuários em 15 dias.

Marley Antônio da Rocha, vice-presidente do Conselho Temático de Política Econômica da Fieg, reage cautelosamente e ainda conserva um pé atrás. “O combate ao déficit habitacional deve ser um projeto de País e não apenas de um governo. Precisamos de programas de longo prazo para o setor, que enfrenta enorme dificuldade para planejar investimentos com base apenas em programas governamentais.”

Rocha levanta um exemplo concreto: para colocar uma nova linha de produção em condições operacionais, o empresário precisa de no mínimo um ano. Se começar agora, a expansão estará pronta em meados de 2010, quando o País estará mergulhado no processo eleitoral. “Haverá mercado para essa produção daqui a um ano? O próximo governo manterá o programa?”, questiona.

Como solução, Fernandes lembra que a Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania da Câmara Federal já aprovou a proposta de emenda constitucional (PEC 285/08 ou PEC da Moradia) que destina 2% do orçamento da União para a moradia popular.



Incentivo: famílias com renda de até três salários mínimos terão prestação máxima de R\$ 50 na compra da casa própria

PRINCIPAIS MEDIDAS DO PACOTE DA CASA PRÓPRIA

Anunciado em 25 de março pelo governo federal, o programa Minha Casa, Minha Vida prevê:



Regras gerais

- Recursos de **R\$ 34 bilhões** para 1 milhão de moradias populares (**R\$ 25,5 bilhões** da União, **R\$ 7,5 bilhões** do FGTS e **R\$ 1 bilhão** do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social). Para Goiás, estão previstas **27.613** unidades e recursos de **R\$ 1,5 bilhão a R\$ 1,7 bilhão**
- Mais **R\$ 1 bilhão** para o Fundo Garantidor da Habitação Popular (FGHab) bancar a inadimplência do mutuário, em caso de perda de emprego, durante um período que varia entre 12 e 36 meses. O benefício vale para quem pagou ao menos seis prestações
- Isenção dos custos de registro de imóveis nos cartórios para famílias com renda de até três salários mínimos, com desconto de 90% para quem recebe mais de três a seis salários e de 80% na faixa de seis a dez salários



Famílias até três salários mínimos

- Beneficiados serão selecionados por Estados e municípios com base nas informações do Cadastro Único para Programas Sociais do Governo Federal (CadÚnico)
- As prestações só começam a ser pagas quando o morador ocupar o novo imóvel
- Construção de 400 mil casas, com parcela mínima de R\$ 50 por mês e comprometimento máximo de 10% da renda (R\$ 139). Prazos de até dez anos, com correção anual pela Taxa Referencial (TR)
- Subsídio para o financiamento será integral e haverá isenção do pagamento do seguro de vida
- Serão priorizados os portadores de deficiência e os idosos
- O registro do imóvel será emitido "preferencialmente" em nome das mulheres



Três a dez salários mínimos

- Construção de 600 mil moradias (400 mil entre três e seis e 200 mil até dez salários), com prestações de no máximo 20% da renda familiar
- O valor máximo do imóvel a ser financiado, em Goiás, será de R\$ 39 mil para casas e de R\$ 42 mil para apartamentos
- Redução do seguro e acesso a um fundo garantidor para refinanciamento de parte das prestações em caso de perda do emprego
- O pagamento será feito em até 30 anos, com taxas de juros que variam conforme a renda: 5% mais TR para a faixa entre três a cinco salários mínimos; 6% mais TR, entre cinco e seis salários; e de 8,16%, além da TR, para famílias com renda entre seis e dez salários mínimos



Em Goiás

- Prevista a construção de 27.613 unidades, num investimento em torno de R\$ 1,5 bilhão, com estimativa de criação de 50 mil empregos
- Para construtoras:
- Linha de financiamento de R\$ 5 bilhões com recursos da União, a custos subsidiados pelo Tesouro Nacional, mais R\$ 1 bilhão por meio do Cartão BNDES. A Caixa Econômica Federal responderá pela contratação, pelo acompanhamento da obra e pela liberação dos recursos
- Redução de impostos federais sobre faturamento e lucros com investimentos em moradias populares

A caminho, 15 mil moradias

A corrida pela casa própria já está nas ruas, com a adesão de 15 prefeituras, com projetos já relacionados pela Agência Goiana de Habitação (Agehab), que será responsável pelo cadastramento das famílias no Estado. Fernandes espera atrair 50 municípios ainda neste ano. Com cinco projetos na capital, quatro na região da Grande Goiânia e aqueles 15 no interior, a previsão da Agehab é iniciar ainda neste ano a construção das primeiras 15 mil unidades.

Ao todo, o Estado deverá receber 50 mil novas residências até o final de 2010 ou início de 2011, resultado das 27.613 incluídas no Minha Casa, Minha Vida e mais 22.387 financiadas pelo Programa Moradia Digna, numa parceria entre a Agehab, prefeituras e União. Neste segundo caso, seriam mais R\$ 1,25 bilhão – incluindo o dinheiro para o pacote habitacional recém-lançado, a soma sobe para algo entre R\$ 2,7 bilhões a R\$ 2,9 bilhões em dois ou três anos.

De acordo com Fernandes, um convênio técnico firmado entre Sinduscon-GO, Agehab e Caixa deverá facilitar o cadastramento de projetos e de famílias e acelerar a liberação dos recursos. A velocidade das obras ficará por conta da capacidade empreendedora e tecnológica da iniciativa privada. O sindicato, com base naquele acerto, vai indicar à Caixa construtoras em situação contábil e tributária regular, com atestado de qualificação no Programa Brasileiro de Qualidade e Produtividade do Habitat (PBQP-H), que estimula práticas de desenvolvimento sustentável em áreas urbanas, e análise de risco de crédito favorável – segundo os critérios da Gerência de Risco de Crédito (Geric) da Caixa.

“As prefeituras deverão providenciar os terrenos e o Estado, a infraestrutura de saneamento básico, por meio da Saneago, e de energia elétrica, via Celg. A Caixa tem R\$ 5 bilhões para financiar essa infraestrutura”, completa Fernandes.



“A indústria da construção em Goiás está de fato animada com o programa, já que o setor sempre pediu mais crédito e mais subsídios para moradias populares e menos burocracia”

Roberto Elias de Lima Fernandes, presidente do Conselho Temático de Infraestrutura da Fieg e do Sinduscon-GO



Dá assim para se pensar no melhor, se não isso, a aspirar-se à postura ética na condução dos grandes negócios nacionais?

Reynaldo Rocha
Jornalista

Cenário do crescimento

Goiás tem sido um exemplo para o Brasil. Até a eclosão da crise financeira mundial, em setembro de 2008, seu crescimento vinha andando acima da média nacional. Houve problemas nos meses seguintes, mas o início do segundo trimestre do ano traz notícias alentadoras. Começa do cadastro do emprego formal: Goiás continua na frente. Nas empresas, mantém-se o ritmo, com a superação de obstáculos à custa de empenho e, sobretudo, da boa gestão. Mesmo assim, o Estado se debate com a questão política. Como vamos ficar daqui para 2010, quando a população vai ser chamada para eleger o presidente da República, o governador do Estado, dois senadores, os 17 deputados federais e os 41 deputados estaduais?

Em Brasília, numa situação quase que inédita, vemos a representação política do Estado avançar rumo a posições-chave. O senador Marconi Perillo é hoje vice-presidente do Congresso. O senador Demóstenes Torres preside a estratégica Comissão de Constituição e Justiça do Senado. E os deputados federais Ronaldo Caiado (DEM), Sandro Mabel (PR) e Jovair Arantes (PTB) lideram na Câmara as respectivas bancadas. Para completar, a deputada federal Iris Araújo é a atual presidente nacional do PMDB. Há espaço, portanto, para Goiás avançar ainda mais.

Requer-se, no entanto, uma reflexão

atualizada sobre tudo o que está aí, da crise à realidade da prática política. Em recente edição da revista *Veja*, na entrevista das Páginas Amarelas, o cientista político norte-americano Francis Fukuyama põe o dedo na ferida acerca do comportamento do Poder Legislativo no Brasil. Autor do emblemático *O Fim da História* e o *Último Homem*, livro lançado em 1992 e no qual defende a ideia de que os sistemas políticos encontraram na democracia liberal sua expressão evolutiva final, Fukuyama nos chama para uma realidade complexa, que é essa de todo presidente da República ter que se compor com o Congresso se quiser governar. Composição que, não raro, representa na verdade a concessão, quando não a barganha, modelo que —

lembra bem o cientista político norte-americano — favorece a corrupção e dificulta a aprovação de leis. Pior ainda, como diz também Fukuyama, se vivemos numa constelação partidária destituída de qualquer senso de disciplina. A velha história: o líder de partido vota pela bancada, o que muitas vezes obriga o presidente da República a fazer acordos paralelos. Dá assim para se pensar no melhor, se não isso, a aspirar-se à postura ética na condução dos grandes negócios nacionais?

O empresariado produz, o povo se conforma com os preços em alta, a saúde pública fragilizada, a educação sucateada, e assim ficam todos na espera de uma ação política mais consequente. Mais ainda num momento como este, em que, apesar de tudo, o cenário no Estado de Goiás ainda é o do crescimento. ■



UM ATOLHEIRO



BO DE PAPÉIS

EXCESSOS DA BUROCRACIA
IMOBILIZAM EMPREENDEDORES
E GERAM DESPERDÍCIO DE
ESFORÇOS E DE RECURSOS,
CONSUMINDO R\$ 38 BILHÕES
TODOS OS ANOS





■ Lauro Veiga Filho

BUROCRACIA, etimologicamente, deriva das palavras bureau, de origem francesa, e krátos, equivalente grego para “poder”. Usada pelos franceses, inicialmente, para denominar os forros das escrivaninhas em repartições públicas, bureau passou a designar todo e qualquer escritório. Ao pé da letra, portanto, o termo significa o poder das repartições públicas. Ao longo do tempo, a burocracia assumiu status de um sistema hierarquizado de administração da coisa pública, com regras rigorosas de procedimento e rotinas supostamente inflexíveis, conforme define o Aurélio.

Na teoria, a burocracia deveria representar um conjunto de conceitos racionais que visam conferir eficiência às organizações, sustenta Welington da Silva Vieira, coordenador técnico da Federação das Indústrias do Estado de Goiás (Fieg). Na prática, o sistema “não é racional e nem eficiente”, emenda, diante das distorções e dos excessos praticados em nome da suposta necessidade de estabelecer mecanismos de controle sobre a sociedade.

“Em si, a burocracia não pode ser vista como um mal, porque ela estabelece normas de funcionamento úteis para qualquer organização”, reforça Vieira. A questão se complica quando a receita começa a desandar com a introdução de normas e regulamentos em cascata, adotados de forma isolada, sem uma visão mais ampla, com exigências em duplicidade, resultando em custos desnecessários e sobrecarga para empresas e para o cidadão, diagnostica Vieira.

Os excessos da burocracia, conforme mostram estudos de organismos internacionais, como o Banco Mundial (Bird), afligem não só o Brasil, mas uma série de outros países. Razões históricas, relacionadas a uma certa “herança lusitana”, enumera Gilberto Luiz do Amaral, presidente do Instituto Brasileiro de Planejamento Tributário (IBPT), tornam o quadro mais conturbado no País.

Assim como a coroa portuguesa buscava controlar sua colônia à distância, por meio de normas burocráticas, o setor público brasileiro, na visão de Amaral, tenta monitorar a sociedade na base do papelório. “Temos hoje uma situação em que o papel tem maior valor do que os fatos, com todos os custos exigidos para o acompanhamento desse processo, o que envolve a mobilização de pessoal, equipamentos, confecção de impressos e outros esforços”, relaciona Amaral.

Nos seus cálculos, a burocracia parece consumir o equivalente a 1,5% do faturamento bruto das empresas, “fora o tempo que os empresários são obrigados a dedicar ao setor, as centenas de milhares de ca-

minhões paralisados em postos fiscais e milhões de pessoas em filas para cumprir regras impostas pela burocracia”. Ainda de acordo com Amaral, todos os anos, o País joga no cesto de lixo da burocracia em torno de R\$ 38 bilhões, um gasto que não contribui para a produção de um único parafuso.

Levantamento realizado pelo IBPT aponta a edição de mais de 3,776 milhões de normas entre 5 de outubro de 1988, quando foi promulgada a Constituição em vigor, e 5 de outubro do ano passado – um número, portanto, já ultrapassado pela “fúria legisferante” que acomete os governos em todos os níveis (federal, estadual e municipal). Quase 70% dessas normas, num total de 2,629 milhões, tiveram origem nos municípios.

Em média, 517 normas foram editadas todos os dias, o que representa 774 normas por dia útil. Do total de normas editadas no Brasil nestes 20 anos, cerca de 6,36% se referem a matérias tributárias, num total de 27.752 normas tributárias federais (11,55%), 75.441 estaduais (31,41%) e 137.017 municipais (57,04%), aponta o estudo.

EM CAMPANHA, PELA DESBUROCRATIZAÇÃO

Em 8 de junho do ano passado, a Confederação Nacional da Indústria (CNI) lançou o projeto Corte à Burocracia, conseguindo a adesão de oito federações e duas associações do setor, a Fieg incluída. A proposta era abrir um canal para que a sociedade apresentasse suas queixas e sugestões para combater o excesso de burocracia. Todo material seria condensado em um documento a ser encaminhado ao governo pela CNI, com a devida cobrança de providências e soluções.





Por sugestão da Fieg, a campanha será agora reforçada e ampliada, com a realização de seminários regionais e participação de especialistas, acadêmicos, representantes do setor público e da iniciativa privada. O foco será o mesmo: formatar uma proposta que permita desburocratizar o País em todos os níveis, extirpando normas excessivas, exigências descabidas, simplificando a vida de empresas e pessoas físicas.

“Já tivemos, no País, até mesmo um Ministério da Desburocratização. Isso ajudou, mas não atingiu a essência do pro-

blema”, afirma o presidente da Fieg, Paulo Afonso Ferreira. Ele defende uma simplificação ampla das normas em vigor, com o estabelecimento de punições severas para casos de descumprimento das regras. Atualmente, prossegue, “em qualquer tipo de processo, ficamos à mercê da vontade e do humor de um burocrata. A personalização da autoridade, processo estimulado pela burocracia exagerada, facilita desmandos”. Por isso, entende Paulo Afonso, “os processos devem ser ágeis, rápidos e transparentes em todas as áreas, inclusive no Judiciário.”



TEMOS HOJE UMA SITUAÇÃO EM QUE O PAPEL TEM MAIOR VALOR DO QUE OS FATOS, COM TODOS OS CUSTOS EXIGIDOS PARA O ACOMPANHAMENTO DESSE PROCESSO”

Gilberto Luiz do Amaral, presidente do Instituto Brasileiro de Planejamento Tributário





OS PROCESSOS DEVEM SER ÁGEIS, RÁPIDOS E TRANSPARENTES EM TODAS AS ÁREAS, INCLUSIVE NO JUDICIÁRIO”

Paulo Afonso Ferreira, presidente da Federação das Indústrias do Estado de Goiás (Fieg)

TRIBUTOS EXIGEM 108 DIAS DE TRABALHO

O relatório "Doing Business 2009", elaborado pela International Finance Corporation (IFC), agência do Banco Mundial (Bird) dedicada ao financiamento da iniciativa privada em países em desenvolvimento, avaliou o ambiente de negócios em 181 países em 2008, e apresenta o Brasil em 125º lugar, seis posições abaixo do ranking de 2006, à frente apenas de Equador (136º), Bolívia (150º) e Venezuela (174º lugar), na América do Sul.

De acordo com a IFC, a abertura de um empreendimento no País tomava 152 dias, até então, sem alteração em relação às edições anteriores do relatório. Na Austrália, são gastos apenas dois dias no mesmo processo, enquanto nos Estados Unidos, qualquer empreendimento pode começar a funcionar em seis dias. No Chile e na Argentina, sempre de acordo com o relatório "Doing Business", o tempo para iniciar um empreendimento varia de 27 a 32 dias, respectivamente, frente a 28 dias no México e 40 dias na China. Origem suposta da vocação cartorial brasileira, em Portugal, uma empresa começa a funcionar, na média, em seis dias.

Trabalho realizado pela Subsecretaria de Estudos Econômicos da Secretaria de Fazenda do Rio de Janeiro avaliou o tempo despendido por 35.829 empresas, abertas entre janeiro de 2005 e julho de 2007, para iniciar efetivamente sua operação. Na média, aquelas empresas consumi-

ram 161 dias. Para evitar distorções, calculou-se o prazo mediano para abertura de um negócio e descobriu-se que metade das empresas acompanhadas precisou de até 88 dias, ainda acima da média observada nos principais concorrentes do País lá fora.

A avaliação do ambiente de negócios pela IFC leva em consideração um menu diversificado de procedimentos e políticas, envolvendo dez áreas que afetam as transações e os investimentos no lado real da economia. São elas: a abertura de novos negócios, o volume de permissões e licenças para a construção de empreendimentos, as normas em vigor para contratações e dispensas de empregados, facilidades (ou dificuldades) para registro de propriedades, para acesso a créditos, para exportar ou importar mercadorias e bens e para encerrar um empreendimento (o que inclui a garantia de recuperação ao menos parcial dos recursos investidos em negócios falidos), além de regras para proteção a investidores, tempo e custos para pagamento de tributos e segurança jurídica dos contratos.

No quesito tributos, por exemplo, o Banco Mundial criou uma empresa fictícia (TaxpayerCo.) e encomendou a especialistas uma avaliação sobre o custo tributário e da burocracia nesta área. Esse custo, que chegou a representar 147,9% do lucro bruto em 2006, ficando abaixo apenas de Serra Leoa e Burundi, foi reduzido para 69,4% no ano passado. Isso colocou o Brasil no 145º lugar, à frente pelo menos do México (146º). Uma empresa brasileira gasta 2.600 horas por ano (mais de 108 dias ou praticamente 30% de um ano) para atender a obrigações tributárias acessórias, diante de 196 horas na Alemanha e 187 horas nos Estados Unidos.

Na Argentina, as empresas se obrigam a dedicar 453 horas para tratar do recolhimento de impostos e de todo o papelório envolvido, mas os custos da tributação consomem o correspondente a 108,1% do lucro. No México e na Alemanha, novamente, o percentual do lucro consumido pelos tributos atinge 51,5% e 50,5%.



SIMPLIFICAR, MAS SEM DESREGULAR

Ao contrário do que sugere o senso comum, a desregulação não é o caminho sugerido pela experiência internacional. Ao contrário, foi a ausência de controles eficientes que empurrou o sistema financeiro global para sua pior crise. A chave para o problema está na regulação mais eficiente, com simplificação de procedimentos e formalidades, redução de exigências, fixação de metas de gestão e de qualidade, com redução do tempo e dos custos da burocracia, e uso intensivo da informática.

Estima-se que o Brasil poderia ganhar o correspondente a 2,2 pontos percentuais de crescimento do Produto Interno Bruto (PIB) se conseguisse replicar o desempenho do Chile, por exemplo. Ainda na comparação com a economia chilena, dizem os especialistas do IFC, caso os brasileiros conseguissem descomplicar a burocracia, a fatia da economia informal em relação ao PIB poderia recuar no equivalente a 9 pontos percentuais.

O Chile ocupa o 40º lugar no ranking da IFC, que indica os países onde é mais fácil (ou mais difícil) desempenhar atividades empreendedoras, 85 postos à frente do Brasil. Por lá, as empresas precisam realizar a metade dos procedimentos exigidos dos concorrentes brasileiros e a abertura de novos negócios ocorre em 27 dias. As empresas chilenas consomem 12% do tempo gasto pelas brasileiras para lidar com questões tributárias. Como nem tudo é perfeito, mesmo numa das economias mais festejadas pelas escolas econômicas mais liberais, os custos para permissões e licenças de construção são duas vezes maiores do que no Brasil, embora estas possam ser obtidas em tempo mais curto (155 dias no Chile, diante de torturantes 411 dias no Brasil).

Da mesma forma, para fazer valer os contratos na Justiça, as empresas chilenas dispendem o correspondente a 28,6% dos valores atribuídos aos

processos, diante de 16,5% no Brasil. Os chilenos pagam mais caro, mas as soluções são dadas em prazo menor – 480 dias, frente aos 616 dias enfrentados pelas empresas brasileiras.

A informatização poderia acelerar processos e reduzir custos. Em Cingapura, os advogados que recorrem à Suprema Corte podem consultar na tela do computador o tempo previsto para manifestação dos juízes sobre cada processo e são avisados, via celular, quando o juiz estiver pronto para atender às partes em disputas comerciais ou em processos envolvendo contratos corporativos. O país ocupa o 14º no ranking de segurança dos contratos, consumindo 150 dias para dirimir contendas judiciais.

A simplificação e o uso da informática ajudariam a eliminar absurdos, como descreve o presidente do IBPT, Gilberto Luiz do Amaral. “Para você protocolar um pedido na Receita Federal, precisa juntar fotocópia autenticada de toda a documentação exigida. E isso se repete todas as vezes em que se apresenta um requerimento, gerando um volume de papéis para os quais já não espaço físico disponível, o que impede empresas e cidadãos de exercerem seus direitos.”

A abertura e cadastramento de empresas, sustenta Amaral, poderiam ser feitos pela internet, com posterior fiscalização da Receita e dos órgãos competentes. “Atualmente, o fisco não fiscaliza, mas exige papéis. A premissa é de que todos são desonestos até prova em contrário”, alfineta, para acrescentar que, na Inglaterra, todo o cadastramento de empresas é realizado por meio da rede mundial de computadores. “O empreendedor abre sua empresa, começa a funcionar e a recolher imposto. Se os tributos não forem pagos, aí sim o Fisco pode entrar em ação, numa fórmula mais racional que a brasileira.”

Na classificação do IFC, o Reino Unido surge na 8ª colocação quando se trata de abrir um negócio. Se seus concorrentes brasileiros precisam realizar 18 procedimentos e esperar 152 dias, a abertura de uma empresa no Reino Unido exige meia dúzia de passos e apenas 13 dias.

FALTA ENERGIA, SOBRAM ALVARÁS

Programado desde 2004, o projeto teve de ser postergado e deveria começar a deslanchar a partir de setembro de 2008. Se os últimos obstáculos forem superados até maio, como aposta o presidente do Grupo Pirineus e diretor-tesoureiro da Fieg, Domingos Sávio Gomes de Oliveira, a nova planta da Araguaia Mineração e Indústria, uma das empresas do grupo, poderá entrar em operação entre fevereiro e março do ano que vem.

Será a primeira planta em todo o Centro-Oeste e a quarta no País a produzir o carbonato de cálcio precipitado, produto com aplicações nas indústrias de cosméticos, de tintas, de papel e celulose, fumo e no setor farmoquímico. O investimento deverá variar entre R\$ 18 milhões a R\$ 20 milhões, com recursos próprios.

Oliveira queixa-se do emaranhado burocrático no setor. “No caso de uma empresa como a minha, de pequeno porte na mineração, temos de lidar com 14 alvarás e a regulação do Exército, da Polícia Federal, do Departamento Nacional de Produção Mineral (DNPM), do Ibama, da Agência Ambiental do Estado, do Ministério da Agricultura, da Secretaria da Fazenda e do CREA.”

O licenciamento ambiental demora um ano e meio, reclama. “O DNPM só libera a lavra mediante a apresentação do licenciamento ambiental. Mas, para expedir a licença, a Agência Ambiental exige a portaria de lavra, o que cria um círculo vicioso.”

A LONGA MARATONA PELOS GUICHÊS

Com muita “esperteza” e grande dose de determinação, um empresário pode vencer os obstáculos da burocracia em quatro meses,

mas este é um caso raro, na visão de José Evaristo dos Santos, presidente da Federação do Comércio de Goiás (Fecomércio). A extensa maratona imposta aos empreendedores começa já a partir da escolha de um ponto comercial para instalar seu negócio, conforme descreve Santos.

Em primeiro lugar, além de negociar com o dono do imóvel e acertar o valor do aluguel, o empreendedor deve rumar à prefeitura para realizar uma consulta prévia sobre o local escolhido, providenciar licença de uso do solo, liberada, em média, em 90 dias, e tentar obter o alvará de funcionamento. Nesse intervalo, já deverá ter contratado um contador para providenciar e correr atrás da papelada exigida no processo de licenciamento, o que já significa novos custos, antes mesmo de o negócio começar a andar, prossegue Santos.

Em caso de riscos ambientais, o licenciamento ambiental é obrigatório. “Os prazos, aqui, são imprevisíveis. A licença pode demorar de seis meses a um ano”, declara o vice-presidente do Conselho

Temático de Política Econômica da Fieg e presidente do Sinprocimento, Marley Antônio da Rocha.

Nas etapas seguintes, o empresário deve percorrer a Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico (Sedem), caso seu empreendimento esteja sediado em Goiânia, o Corpo de Bombeiros, a Vigilância Sanitária para obter todas as licenças e conseguir o alvará de funcionamento. Ao mesmo tempo, terá de se dirigir à Junta Comercial para registrar a empresa e, na sequência, rumar para a Secretaria da Fazenda e para a Receita Federal. Objetivo: comprovar a regularidade fiscal dos sócios atuais e dos antigos donos do ponto, além de incluir a empresa nos cadastros do Fisco estadual e da Receita.

Depois de tudo, o empresário deve retornar à Sefaz para obter autorização para imprimir documentos fiscais, para em seguida investir na aquisição de um equipamento emissor de cupom fiscal. Resta inscrever-se no INSS e no sindicato patronal da categoria de seu negócio.



**OS PRAZOS (NA ÁREA
AMBIENTAL) SÃO IMPREVISÍVEIS.
A LICENÇA PODE DEMORAR DE
SEIS MESES A UM ANO”**

Marley Antônio da Rocha, vice-presidente do Conselho Temático de Política Econômica da Fieg e presidente do Sindicato da Indústria de Produtos de Cimento do Estado de Goiás (Sinprocimento)

FÚRIA LEGISFERANTE

Ano	População*	Normas gerais editadas	Normas tributárias editadas	Habitantes por norma geral	Habitantes por norma tributária
1985 a 04/10/1988	137.178.106	457.141	29.713	300	4617
1989	140.706.106	543.998	118.922	259	1183
1990	143.242.121	641.917	123.893	223	1156
1991	145.536.683	751.043	129.072	194	1128
1992	147.891.960	889.986	134.467	166	1100
1993	150.259.389	1.060.864	140.087	142	1073
1994	152.638.901	1.259.776	145.943	121	1046
1995	155.030.430	1.498.564	152.043	103	1020
1996	157.433.909	1.787.127	158.398	88	994
1997	159.849.274	2.126.681	165.019	75	969
1998	162.276.460	2.479.285	171.916	65	944
1999	164.715.404	2.782.984	179.102	59	920
2000	167.166.043	2.896.208	186.588	58	896
2001	169.628.317	3.014.739	194.388	56	873
2002	172.102.165	3.139.908	202.513	55	850
2003	174.587.528	3.267.654	210.977	53	828
2004	177.084.348	3.315.947	219.796	53	806
2005	179.974.626	3.434.805	225.626	52	798
2006	182.502.265	3.510.804	229.616	52	795
2007	183.987.291	3.628.013	235.900	51	780
2008	189.612.814	3.776.364	240.210	50	789

*População: a) 1985 a 1988 = média da população projetada pelo IBGE, no dia 1º de julho de cada ano

b) 1989 e 1990 = população projetada pelo IBGE, no dia 1º de julho de cada ano

c) 1991 a 2008 = estimativa da população pelo IBGE

Fonte: Instituto Brasileiro de Planejamento Tributário (IBPT)



Ivan Ramalho, do Mdic: “Trabalho intenso e permanente para consolidação de uma cultura exportadora no Brasil”

PRIMEIROS PASSOS

Empresas de pequeno porte “aprendem” o caminho das pedras no mercado internacional e engrossam número de exportadores em Goiás

Vencedora do Prêmio Goiás de Inovação na categoria micro e pequena empresa, em 2008, a Pctel Eletrônica quase desistiu de exportar, tamanho os problemas que enfrentou, confessa Alexandre Costa, diretor geral da empresa. Sem a orientação necessária, a empresa cometeu erros estratégicos por desconhecer mercados e não estar familiarizada com procedimentos e trâmites na área de comércio exterior. “Se fôssemos exportar apenas software, tudo seria muito mais simples. Mas produzimos equipamento eletrônico e, neste caso, as barreiras são maiores”, reconhece Costa.

O empresário aderiu aos cursos de ca-

pacitação em comércio exterior, oferecidos pelo Centro Internacional de Negócios da Fieg (CIN), em parceria com Ministério de Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior (Mdic) e outras instituições, e comemora o quinto ano de exportações em 2009, quando pretende destinar ao mercado externo perto de 15% de sua produção de gravadores telefônicos.

Disponível apenas para grandes prestadoras de serviços, até então, a Pctel desenvolveu um equipamento adequado para empresas de menor porte e tem conseguido assegurar seu espaço lá fora. Tanto que foi premiada como

uma das empresas de destaque em exportações durante o 132º Encontro de Comércio Exterior, programa do Mdic criado para estimular a formação de cultura exportadora entre as empresas. A primeira edição do ano do encontro foi realizada entre os dias 28 e 30 de abril em Goiânia, numa parceria entre o ministério, o Instituto Mercadológico das Américas (IMA) e Secretaria de Indústria e Comércio de Goiás (SIC). Além da Pctel, foram também premiadas as empresas Art's Coração de Jesus Ltda, Nonna Pasqua Alimentos Ltda e a Scitech Produtos Médicos Ltda, todas goianas e de portes entre pequeno e médio.

Capacitação e “instinto animal”

Em entrevista à **Goiás Industrial**, o secretário executivo do Mdic, Ivan Ramalho, destacou o forte incremento da corrente de comércio brasileira nos últimos cinco anos, com salto acumulado de 250%, para valores próximos a US\$ 371 bilhões no ano passado, relacionando esse desempenho ao “trabalho intenso e permanente para consolidação de uma cultura exportadora no País, especialmente entre pequenas e médias empresas.” Os Encontros de Comércio Exterior, disse ele, fazem parte dessa estratégia, cujo sucesso depende, sob vários aspectos, da participação e da disposição do empresariado – o que economistas classificam como o “instinto animal” dos empresários.

A exportação deve ser encarada como peça fundamental na estratégia de crescimento das empresas, reforçou o diretor da Secretaria de Comércio Exterior do Mdic, Fábio Martins Faria. “Ao exportar, a empresa incorpora novas tecnologias, testa a qualidade de seus produtos e pode aprimorá-los, preparando-se para crescer.”

Gennaro Salvemini, diretor da Nonna Pasqua, há nove anos no mercado, alimentava planos de exportar sua produção desde a criação da empresa, que processa o baru, fabricando castanhas torradas e bebidas à base do fruto, típico do Cerrado. “Estávamos esperando que a empresa se desenvolvesse, alcançando escala e consolidando uma rede de suprimento de matéria-prima.” Hoje, a Nonna Pasqua mantém um cadastro com 250 famílias que colhem o ba-

ru entre o final de maio e o começo de outubro, época de safra da castanha, nas regiões de Jussara, Piranhas e Baliza.

No ano passado, a produção da amêndoa atingiu 500 quilos por mês e a meta para 2009 será alcançar uma tonelada mensal, metade destinada ao mercado externo, para a Europa, preferencialmente. Para chegar lá, Salvemini vem trabalhando num planejamento para desenvolver mercados no exterior, depois de firmar presença no País, com uma carteira de 150 clientes, entre lojas e redes de supermercados especializadas. Antes disso, o empresário investiu no desenvolvimento do primeiro equipamento elétrico – segundo ele – para quebra do fruto e extração da castanha de baru.

As amêndoas serão embarcadas em embalagens a vácuo, exclusivas para exportação, de acordo com Salvemini. “Fizemos uma primeira operação-piloto em abril deste ano, com a venda de 20 quilos para a Itália, por meio do programa Exporta Fácil, dos Correios. Mas há potencial para ampliar esses embarques para uma tonelada por mês”, projeta, animado.

POR CONTA PRÓPRIA

Com uma ideia na cabeça e muita determinação, Rui Carlos Silva, diretor comercial da Art's Coração de Jesus, de Uruaçu, onde produz 380 modelos de produtos religiosos, empregando 50 pessoas diretamente e outras 150 de forma indireta, decidiu, por conta própria, participar de feiras religiosas na Europa e nos Estados Unidos. Resultado: “Fomos a microempresa goiana que mais exportou em 2008, destinando mais de 50% da produção de nossa indústria para 15 países”, comemora Silva.

Sua primeira investida lá fora, registra o empresário, aconteceu em 2002, nos Estados Unidos. Depois dali, ele já percorreu os principais santuários marianos na Europa, incluindo Lourdes e Fátima, entre os mais conhecidos. “Na primeira vez, não sabia nem falar inglês”, lembra-se. O avanço das vendas externas, acredita Silva, deve-se ao diferencial do seu produto.

SUPERANDO EXPECTATIVAS



Puxadas pela soja e pelos embarques de carnes, mais recentemente, as exportações goianas saltaram quase 11 vezes na última década, destaca o secretário de Indústria e Comércio, Luiz Medeiros Pinto, saindo de US\$ 381,669 milhões em 1998 para US\$ 4,092 bilhões no ano passado. No período, 120 novas empresas passaram a figurar no rol de exportadores, que chegou a incorporar 271 empresas em 2008 – mas havia somado 286 exportadores um ano antes. O total de produtos incluídos na pauta de exportações do Estado triplicou, pulando de 315 para 982 também nos últimos dez anos.



Ao contrário da tendência geral, Goiás foi um dos poucos Estados onde as vendas externas não caíram neste ano, mantendo-se virtualmente estabilizadas (avanço de 0,6% na comparação entre o primeiro trimestre de 2009 e igual período do ano passado). Como resultado, a participação do Estado nas exportações brasileiras avançou para 2% no trimestre, diante de 1,6% em 2008. Mas a pauta continua excessivamente concentrada. Apenas 26 empresas exportadoras responderam por 90,5% das vendas externas totais do Estado no primeiro trimestre.



Para o gerente do Centro Internacional de Negócios da Fieg (CIN), Plínio César Lucas Viana, que falou sobre a tendência de internacionalização das empresas, a 132ª edição do Encontro de Comércio Exterior, agora reformulado para abrigar maior número de palestras, oficinas e cursos, superou suas expectativas. O estande do CIN no evento registrou mais de 50 atendimentos, de técnicos e empresários interessados nos cursos oferecidos pela entidade e, em especial, na pós-graduação em gestão em comércio exterior, cuja segunda turma deverá se iniciar em setembro, em parceria com a Faculdade de Tecnologia Senai de Desenvolvimento Gerencial (Fatesg).

“Ao exportar, a empresa incorpora novas tecnologias, testa a qualidade de seus produtos e pode aprimorá-los, preparando-se para crescer.”

Fábio Martins Faria,

diretor da Secretaria de Comércio Exterior do Mdic



Viana, do CIN: demanda por cursos e pela pós-graduação em gestão em comércio exterior





FRIGORÍFICOS NA CORDA BAMBÁ

Crescimento acelerado eleva endividamento e reviravolta no mercado, aqui dentro e lá fora, empurra grandes do setor para as cordas

■ *Lauro Veiga Filho*

Quem projetou o futuro imediato da indústria da carne no Brasil com base no cenário montado para o setor há apenas dois anos errou redondamente em suas previsões. Àquela altura, todos os prognósticos sugeriam que a expansão vigorosa experimentada pela indústria do setor desde 2004 teria continuidade ainda por um bom período, a despeito do ciclo de alta dos preços da arroba do boi gordo, iniciado em 2008.

Na verdade, a reviravolta ocorreu antes mesmo que a crise financeira global contaminasse a economia brasileira e refletiu, em grandes linhas, uma mistura de negócios financeiros de alto risco, alguma dose de má gestão, custos mais altos e um mercado internacional cada vez mais arisco, com o incremento de exigências sanitárias especialmente no mercado europeu.

A crise financeira jogou lenha na fogueira ao decretar o encolhimento da demanda em tradicionais importadores das carnes brasileiras e o aumento da inadimplência externa, com o surgimento de casos de calotes e de rompimento unilateral de contratos. “O endividamento em dólares derrubou frigoríficos exportadores. Quem permaneceu no mercado, casos do Friboi, Bertin e Marfrig, tende a se fortalecer”, antecipa o presidente do Sindicato das Indústrias de Carnes e Derivados no Estado de Goiás e Distrito Federal (Sindicarne), José Magno Pato. ➡



Independência: em dificuldades, frigorífico paralisa unidade que já foi do Goiascarne, em Senador Canedo

O polêmico socorro ao setor

A crise internacional, agravada desde a quebra do banco de investimentos Lehman Brothers, no dia 15 de setembro de 2008, fez apenas piorar o cenário para aqueles frigoríficos que haviam realizado apostas elevadas demais em relação ao cacife de que dispunham.

A fila dos pedidos de recuperação judicial, instituto que substituiu a tradicional concordata, foi aberta ainda em setembro do ano passado, antes que a crise financeira aportasse por aqui, pelo Margem, que já havia anunciado a suspensão das operações em suas 16 unidades, além de 3,5 mil demissões, depois de uma tentativa frustrada de fusão com o Quatro Marcos, também em dificuldades atualmente. Além desses dois, os grupos Arantes Alimentos, FrigoEstrela, Independência, no caso mais badalado pela imprensa, e International Food Company (IFC) também recorreram à nova Lei de Falências, com pedido de recuperação judicial.

Os anúncios resultaram no fechamento de meia centena de plantas de abate, especialmente em Goiás, Mato Grosso e Mato Grosso do Sul, conforme balanço preliminar da Associação Brasileira de Frigoríficos (Abrafrigo). O presidente da entidade, Péricles Salazar, estima que 300 mil animais deixarão de ser abatidos a cada mês, perto de 9% do total de abates contabilizados pela associação para todo o País. Até o início deste ano, a Abrafrigo trabalhava com uma projeção de queda de 7% no consumo interno em 2008, estimado em 5,207 milhões de toneladas de carne, em carcaça equivalente, para uma produção de 7,328 milhões de toneladas (6% menor) e exportações de 2,150 milhões de toneladas (queda de 2%).

Em Goiás, José Magno Pato prevê queda entre 4,5 mil a 5 mil cabeças na escala diária de matança e um aumento da saída de animais vivos para abate em São Paulo. Essa redução somente não afetou a oferta interna de carne, fazendo os preços subirem, porque o mercado externo não

esteve comprador no início do ano. Além disso, acrescenta Pato, houve aumento no consumo doméstico de frangos e suínos.

Embora considere ainda muito cedo para arriscar previsões, o presidente do Sindicarne antecipa que o Brasil deverá observar tendência semelhante ao processo experimentado pelos Estados Unidos, pela Austrália e Argentina, todos grandes produtores de carne bovina. “Haverá uma tendência de concentração entre os frigoríficos dedicados à exportação”, prevê, ao afirmar que as empresas que recorreram à Lei de Falências dificilmente deverão retomar as vendas externas.

CRÉDITO ESPECIAL

No dia 16 de abril, o Conselho Monetário Nacional (CMN), em reunião extraordinária, aprovou a criação de uma linha especial para financiamento de capital de giro para a agroindústria, com alvo preferencial para a indústria de carnes (bovinos, aves e suínos). Com teto de R\$ 10 bilhões, a serem supridos pelo Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), o empréstimo terá dois anos de prazo, incluindo 12 meses de carência, juros de 11,25% ao ano e poderá ser contratado até 31 de dezembro deste ano.

Nem bem teve sua criação confirmada pelo governo, a nova linha, um socorro a um setor que fez apostas arriscadas no futuro, vem gerando polêmica. “O País precisa preservar o mercado externo, fonte de divisas em moeda forte”, defende José Magno Pato, presidente do Sindicarne. Na sua avaliação, que coincide com a argumentação apresentada pelo Ministério da Fazenda, o crédito vai favorecer toda a cadeia, facilitando a normalização das relações entre abatedouros e fornecedores.

Numa contradição apenas aparente, a Abrafrigo opõe-se frontalmente a nova injeção de recursos do BNDES em benefício de alguns dentre os maiores frigoríficos exportadores do País. “Isso corresponde a socializar os prejuízos e privatizar os lucros”, sustenta Péricles Salazar, presidente da associação. Os empréstimos se justificariam apenas e exclusivamente se fossem destinados a um acerto de contas com os criadores, vítimas de calotes nos últimos meses.

O esboço de uma reação

O mercado espera uma gradual retomada das exportações de carne bovina, diante da perspectiva de interrupção da tendência de baixa a partir de março. Mas as apostas maiores estão centralizadas no segundo semestre, se a crise internacional começar de fato a dar sinais de recuo. O Sindicarne já vislumbra a expectativa de melhora nas exportações, diante da redução nos estoques na Europa, o que já estaria causando alguma reação nos preços externos.

A perspectiva de retomada das exportações de carne bovina e suína para a Rússia e o reconhecimento pelo Chile dos principais Estados brasileiros produtores de carne bovina como livres de aftosa com vacinação parecem reforçar a expectativa do Sindicarne. Os dados da Secretaria de Relações

Internacionais do Agronegócio, do Ministério de Agricultura, Pecuária e Abastecimento (Mapa), para o primeiro trimestre do ano apontam uma leve redução na intensidade da queda das exportações de carne bovina. Em relação a igual período do ano passado, as vendas externas recuaram 26,3%, o que se compara com um tombo de 34,7% no primeiro bimestre. Em volume, a queda chegou a 17,2%, frente a perdas de 25,3% no acumulado dos primeiros dois meses deste ano. Entre janeiro e março deste ano, o País exportou 284,08 mil toneladas de carne bovina e obteve receitas de US\$ 862,85 milhões.

Em Goiás, as exportações de carne bovina congelada e fresca caíram, respectivamente, 52,96% e 44,85% no primeiro trimestre, para US\$ 77,832 milhões e US\$ 13,289 milhões. Em volume, o embarque de cortes congelados encolheu 32,4%, com tombo de 30,4% nos preços médios; enquanto as vendas de carne bovina fresca ou resfriada foram 10% maiores em volume, com preços representando a metade dos valores médios anotados nos três primeiros meses de 2008.

O ciclo pecuário e o gargalo do crédito

A crise internacional, agravada desde a quebra do banco de investimentos Lehman Brothers, no dia 15 de setembro de 2008, fez apenas piorar o cenário para aqueles frigoríficos que haviam realizado apostas elevadas demais em relação ao cacife de que dispunham. A partir da entressafra de 2006, anota Fabiano Tito Rosa, diretor da Scot Consultoria, o ciclo de baixa dos preços da arroba iniciou uma reversão, refletindo anos de preços aviltados e de matança de fêmeas.

A Scot Consultoria estima que o rebanho teria encolhido em quase 12 milhões de cabeças entre 2005 e 2008, gerando alta nos preços da arroba. O aumento de custos, já que a matéria-prima responde por 80% a 90% dos desembolsos totais da indústria, prossegue Tito, e a ociosidade elevada, o que dificulta a diluição de custos fixos e variáveis, já criavam um cenário complicado para os frigorí-

ficos, antes mesmo da crise econômica explodir. O mercado ainda refletia um movimento “natural e cíclico” da pecuária de corte, que costuma alternar períodos de alta e de baixa de preços a cada três ou cinco anos. “Aqueles que ainda não aprenderam isso podem desistir da atividade”, afirma.

Sobreveio a crise financeira mundial, com seus reflexos para a economia brasileira. “A perda de receitas, que já vinha ocorrendo, intensificou-se”, diagnostica. Aqui, entra em operação outro mecanismo realimentador da crise: a produção que deixou de ser exportada passou a ser desovada aqui dentro, a preços cada vez mais baixos, gerando uma verdadeira guerra por mercados entre os frigoríficos. “A situação agravou-se para quem estava alavancado e ficou mais grave ainda para quem estava endividado em dólar”, acrescenta Tito. ■



Magno Pato: tendência de maior concentração entre indústrias exportadoras de carne



Péricles Salazar: linha especial para capital de giro elitiza o crédito no setor



Tito Rosa: quem não aprendeu a conviver com os ciclos do setor pode desistir da atividade



Suely e Guilherme: pulverização de clientes pode ser um trunfo



Lorena, da Jean Darrot: “Devemos manter os pés no chão em 2009”

DE VOLTA AOS HOLOFOTES

Goiás Mostra Moda pretende reconduzir o Estado à posição de um dos principais polos geradores de moda do País, atraindo clientes daqui e de fora

Depois de uma década e meia literalmente fora da comunicação, a indústria do vestuário tenta se reinventar com a realização da Goiás Mostra Moda, que pretende reposicionar o Estado como um dos pólos geradores de moda no País, atraindo compradores nacionais e internacionais, afirma o presidente do Sindicato das Indústrias do Vestuário do Estado de Goiás (Sinvest), José Divino Arruda.

Em parceria com a Fieg, o Sinvest pretende atrair quase uma centena de expositores para o Centro de Convenções de Goiânia, onde a feira será realizada entre os dias 23 e 26 de junho deste ano, com apoio de entidades como Sinroupas, Sebrae, Senai, Senac, Secretaria de Indústria e Comércio do Estado, Agicon, universidades Estadual e Federal de Goiás, Universo e associações de lojistas das avenidas 85 e Bernardo Sayão e do Shopping Flamboyant.

De acordo com Arruda, o setor de confecções reúne praticamente 4 mil empresas em todo o Estado, que produzem mensalmente em torno de 6 milhões de peças, entre modinha, modas praia, feminina e íntima, além das linhas infantil e jeans wear, entre outras. Na estimativa do Sinvest, um percentual não muito distante

de 90% dessas empresas são de micro e pequeno porte e estão concentradas em Goiânia, Jaraguá, Jataí, Trindade, Catalão, Anápolis, Rio Verde, Goianésia e Aparecida de Goiânia.

O setor, que já foi o terceiro maior centro de modas do País e ocupa modesta nona colocação atualmente, responde por um terço do PIB industrial goiano e emprega 35 mil pessoas diretamente, gerando outros 63 mil empregos indiretos – o que soma a nada desprezível marca de 98 mil postos de trabalho, em números aproximados.

A mostra deverá reunir, além de indústrias de confecções, compradores e lojistas, representantes de revendas, estilistas e designers renomados, além de fornecedores de matérias-primas e equipamentos. “A Goiás Mostra Moda será o ponto de partida para uma revolução no setor em Goiás”, adianta Arruda.

O presidente do Sinvest destaca, na área tributária, a decisão recente do governo estadual de reduzir a alíquota interna do Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS) para 7%, baixando para zero o imposto nas transações interestaduais, o que deverá contribuir, espera Arruda, para ampliar a capacidade de competição da indústria local.



José Divino Arruda, no lançamento da mostra: elogios à redução do ICMS

Tecnologia e negócios

Durante os quatro dias da feira, os quase 15 mil visitantes esperados poderão participar de uma dúzia de palestras, cursos, oficinas e workshops sobre temas relacionados à indústria de confecções e a técnicas de design, além de conferir tendências e as novidades do setor. Ao longo de uma série de desfiles programados para todos os dias do evento, com a participação de convidados especiais, o mundo da moda será apresentado à linha de alto verão para 2010.

Mas nem só tecnologia e tendências serão atrações durante a mostra. A cargo do Sebrae, serão organizadas rodadas de negócios, onde produtores de moda, compradores e fornecedores serão colocados frente a frente, ampliando as possibilidades de geração de novos negócios e mesmo de investimentos, conforme espera o Sinvest. “Há um horizonte amplo a ser explorado, inclusive na área de turismo de negócios, fortemente associado à indústria da moda”, lembra José Divino Arruda.

PARA QUEBRAR O GELO

Todos os meses, o departamento de criação da Jan Darrot apresenta ao mercado mais de uma centena de novos modelos, o que exige um intenso trabalho de atualização e um esforço para atender às exigências do mercado e acompanhar as últimas tendências no mundo da moda. “Fazemos uma coleção mensal e esta tem sido nossa estratégia para atender ao mercado de atacado e varejo”, declara Lorena Costa Alves Freire Lima, diretora executiva da empresa.

A Jean Darrot foi uma das primeiras confecções a confirmar presença na Goiás Mostra Moda, fechando a contratação de um dentre os quase 100 estandes da feira. Lorena adianta que é grande a expectativa em relação à feira, principalmente diante da possibilidade de divulgar a marca para todo o País, atingindo, ainda, revendedores e lojistas de Goiás.

Com 14 lojas em Goiás, 10 das quais em Goiânia, e 1 em Belo



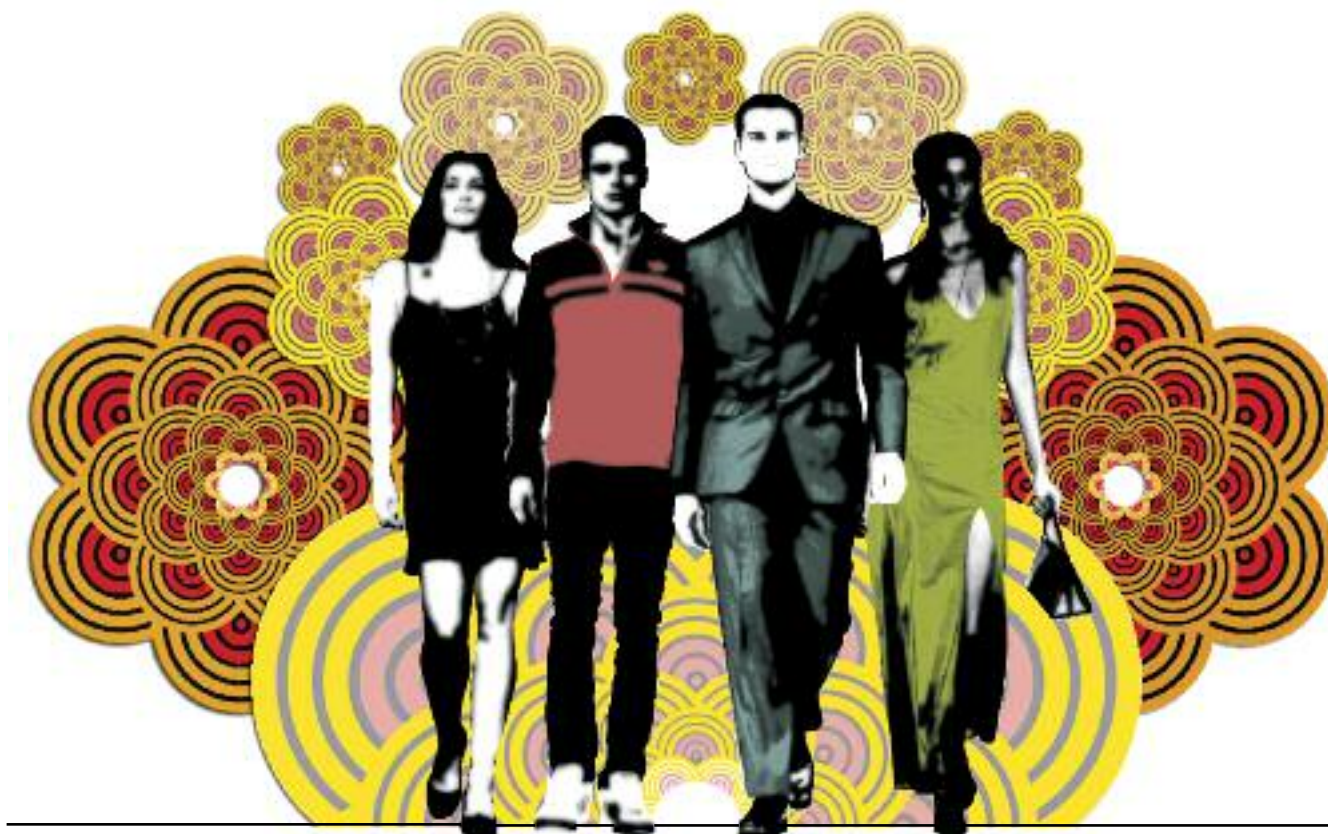
Homenagem ao governador Alcides Rodrigues: alívio tributário

Horizonte, a Jean Darrot produz 1,6 mil peças de jeans por dia, carro-chefe no portfólio de produtos da empresa, num total de 33,6 mil peças por mês. Lorena acrescenta que a empresa atua em praticamente todas as linhas, incluindo modinha, com jaquetas e macacões, entre outros, malharia, moda masculina e feminina. A fábrica está instalada em Trindade, onde emprega 375 funcionários, outros 70 trabalham nas lojas da marca e 30 operam no setor de criação, em Goiânia.

No ano passado, a confecção realizou 166 contratações, mas como perdeu outros 120 empregados, por conta da tradicional rotatividade no setor, a força de trabalho total foi reforçada com a abertura de 46 novas vagas. Ao longo do ano, a empresa conseguiu ampliar as vendas em quase 29% na comparação com 2008, em volume. Mas, diante da estratégia comercial escolhida para consolidar seu mercado e abrir novos espaços, o faturamento registrou aumento mais modesto, na faixa dos 10%.

“Em 2009, estamos tentando manter o que alcançamos no ano passado. Se conseguirmos crescer será ótimo. Mas este será um ano difícil e temos que manter os pés no chão”, antecipa a empresária. O ano até que começou bem, mas em fevereiro já começou a derrapar e, em março, os resultados não foram tão bons. A queda de receitas, acumulada no primeiro trimestre, atingiu 5%, na comparação com igual intervalo de 2008, aponta Lorena, que espera vendas melhores em maio, devido ao Dia das Mães.

Como reflexo do desempenho mais do que favorável alcançado no ano passado, a Jean Darrot investiu não só em contratações, mas também na compra de máquina eletrônica de bordado. “A encomenda foi feita em 2008, mas a máquina foi instalada em fevereiro deste ano”. Diante do novo cenário na economia, a empresária já adianta: novos investimentos e contratações serão definidos apenas quando o mercado der uma resposta firme, demonstrando capacidade de crescimento mais duradouro. Mesmo assim, futuras expansões deverão privilegiar regiões mais próximas à base da indústria, onde a marca já é conhecida.



A alternativa estrangeira

Há 24 anos no mercado, instalada na Rua 74, na região central de Goiânia, a Guilherme Calafiori Moda Praia vem buscando uma saída externa para enfrentar o momento de desaquecimento no mercado doméstico. Nas últimas semanas, cresceram as consultas pela internet de clientes fora do Brasil, com destaque para Inglaterra, Portugal e Itália, relata Guilherme Calafiori, dono da empresa, juntamente com sua esposa, a designer Suely Calafiori.

Desses primeiros contatos resultou uma operação de venda para o mercado português, ainda em volume pouco expressivo, mas que sinaliza a possibilidade de novas transações mais à frente, espera Guilherme. O mercado externo não é propriamente uma área desconhecida para a confecção. Pelo contrário. A empresa, especializada em moda praia masculina e feminina, com produção mensal de 2,5 mil peças e capacidade para produzir 4 mil peças por mês, se necessário, destina em média 40% desse volume para exportações. “Nossos principais mercados, lá fora, es-

tão na Europa, em Israel e no Japão”, afirma Guilherme.

De acordo com Suely, o crescimento realizado em 2008, quando a empresa cresceu em torno de 18% na comparação com 2007, deve ser creditado, em grande parcela, ao avanço das vendas externas. “Trabalhamos com uma linha de produtos diferenciados, com qualidade comprovada e design avançado”, reforça Suely, indicando que perto de 80% de seus consumidores são mulheres. A confecção controlada pelo casal emprega 15 pessoas diretamente e desenvolve um trabalho de inserção social com cooperativas de trabalhadores, utilizando pessoas de terceira idade e portadores de necessidades especiais.

A empresa vai se dedicar, neste ano, ao projeto de fidelização de sua carteira de clientes, que soma em torno de 1,8 mil varejistas e atacadistas, 45% dos quais localizados na Região Sudeste do País. “A pulverização de nossa carteira foi construída ao longo do tempo e hoje é um trunfo para que a empresa possa continuar crescendo”, destaca Guilherme.

PIONEIRA EM MODA JOVEM

Como um técnico em máquinas de costura decidiu deixar São Paulo para criar, em Goiânia, uma das primeiras confecções da capital

■ Renata Dos Santos

A história do empresário Antônio Meneguello confunde-se com a trajetória da indústria de confecções em Goiânia e começou muito antes da Bulk, criada por ele há três décadas. Em 1967, ao lado de Tetsu Shiraishi, o empresário abriu a Criações Sayonara, na Rua Benjamin Constant, em Campinas. Sua primeira empresa ainda daria origem à Tom's Jeans, no mesmo bairro, e à O Bicão (1970), na Rua do Lazer, no Centro, esta última mais elitizada e que também pode ser considerada um dos marcos do mercado goianiense de moda.

Desde o primeiro estabelecimento, na velha Campinhinha, que começou com apenas duas vendedoras e chegou aos 300 funcionários, nos anos 80, auge das confecções locais, até chegar à equipe atual, reduzida para 50 pessoas, já como Bulk Confecções, o empresário contabiliza uma vasta experiência no ramo e boas histórias. A decisão de trocar São Paulo por Goiânia veio no final dos anos 60. Aos 27 anos, Antônio Meneguello já atuava na capital paulista como técnico de máquinas de costuras das marcas Singer e União Especial, o que lhe permitiu um trânsito pelas maiores fabricantes de roupa da época, concentradas no eixo Rio-São Paulo, e o desejo de abrir um negócio de moda jovem.

Naquela época, Meneguello foi convidado a visitar Goiânia por um tio, então comerciante de autopeças. Ele e muitos outros chegaram impulsionados pelo crescimento de Brasília. O chamariz maior, segundo Meneguello, era o volume de dinheiro que circulava em função dos negócios gerados pela demanda local e pelos investimentos, decorrentes da implantação da nova capital federal.



Revolução: camisas ao estilo Elvis Presley fizeram sucesso nos anos 60



Antônio Meneguello, da Bulk Confecções: a águia com labaredas, símbolo da grife, conquista espaços a partir de Campinas

“QUANDO CHEGUEI A GOIÂNIA PELA PRIMEIRA VEZ, EM 1966, FUI NUMA FESTA DO TÊNIS CLUBE, REDUTO BADALADO DA ÉPOCA AQUI EM CAMPINAS. QUANDO APARECI COM MINHA CAMISA FLORAL, QUE EU MESMO ENCOMENDAVA NOS MOLDES DO VISUAL ELVIS PRESLEY, FIZ O MAIOR SUCESSO”



CORAÇÕES DE OURO

III Na festa Corações de Ouro, que movimentou o Palácio das Esmeraldas dia 23 de abril e arrecadou 1 milhão de reais para o Hospital do Câncer, a atriz Priscila Fantin não foi a única celebridade da noite. Além de Elisa Joenck (foto abaixo), que desfilou com o vestido de ouro patrocinado pela Anglo Gold Ashanti (Serra Grande), a passarela contou com outras belidades como Deborah Secco, Danielle Winits, Natália Guimarães e os apolos Cauã Reymond e Cássio Reis. Colírio para convidada (o) nenhum reclamar!

ANFITRIÕES

III Hécio Guerra e mulher Cordélia, da Anglo Gold Ashanti (Serra Grande), esbanjaram simpatia na noite beneficente em prol do Hospital do Câncer. À coluna, Hécio fez questão de agradecer "mais uma acolhida de Paulo Afonso e integrantes da Fieg na empreitada importante que marca nova fase de uma trajetória de 20 anos em Goiás, do grupo de mineração." Sua mulher também chamou atenção ao circular pela festa com seu vestido longo em azul royal, criação de Beth Paixão, de Belo Horizonte, e bela joia de Rosália Nazareth. Residente na capital mineira, Cordélia confessou que, em Goiânia pela primeira vez, não teve tempo de realizar um desejo: conhecer estilistas goianos. "Quero voltar com mais tempo", disse.



SORRISOS

III Acompanhado da mulher Solange, Paulo Afonso Ferreira circulou pela festa com sorriso no rosto, acompanhado de Robson Andrade, presidente da Federação das Indústrias do Estado de Minas Gerais e da sua mulher, Cristiana Parizzi de Andrade.

NOVA FASE

III Criseide Dourado, diretora do Hospital Araújo Jorge, era só felicidade no evento no Palácio das Esmeraldas. Também contentes com o resultado da noite, os médicos César Bariani e Adriano Moraes eram outros convidados ilustres. Ambos se empenham nos novos projetos, que não se restringem ao aumento do número de transplantes de medula óssea, mas visam consolidar o hospital em instituição nos moldes dos grandes centros. A ideia é que, com melhores diagnósticos graças ao novo laboratório de biologia molecular, cada vez menos pessoas precisem sair de Goiânia em busca de tratamento.

ENCONTRO

III Com a mulher Edilene, Fábio Rassi, vice-presidente do Sindicato das Indústrias Extrativas de Pedreiras do Estado de Goiás, Tocantins e Distrito Federal, se divertia ao lado de amigos na Noite dos Corações de Ouro. Não ficou de fora das conversas a recente redução do IPI que beneficiou a categoria nem a necessidade urgente de redução de impostos como PIS e Cofins, cargas ainda mais onerosas para a indústria do setor. O tema estará na pauta do 5º Encontro Nacional de Mineração, previsto para Ribeirão Preto (SP), a ser conferido por Fábio Rassi e Moacyr Rabelo, presidente do Sindibrita.



III Henrique Meirelles confirmou presença na festa beneficente na "casa do governador" e realmente cumpriu o prometido. A expectativa de sua chegada já gerava burburinhos, quando ele surgiu no evento depois da meia-noite. Vindo direto de Buenos Aires, seguiu direto para a mesa do governador Alcides Rodrigues. Ficou 40 minutos e foi embora muito antes do final, discreto como sempre.



III Miss Goiás Anielly Campos exhibe a joia de 50 mil reais arrematada por Sandro Mabel e um grupo de empresários. A criação de Siron Franco foi doada novamente para o Hospital Araújo Jorge, para ser rifada.

III Geovar Pereira, da Omega Dornier, e a mulher Carmem (foto ao lado) explicaram que o colar idealizado por Siron Franco consumiu 40 dias de trabalho de sua equipe.

"A execução de uma joia desenhada pelo artista é muito diferente da materialização de um desenho que Siron faz para uma escultura convencional", explicou o empresário. Geovar também observou que, muitas vezes, as pessoas trabalham tanto que não observam, no seu dia-a-dia, a necessidade de ajudar o próximo. Ele concluiu que o colar, feito em ouro 750, seria doado para uma causa nobre e que o empresariado deve colaborar mais com iniciativas do tipo.



CERRADO

III Arquiteta Roseana Costa, da Domani, também roubou a cena na festa Corações de Ouro. Ela assina os pingentes presenteados aos 250 convidados vips da festa. Ouro, doado pela Serra Grande, e quartzo rosa reluziam-se na joia inspirada no Cerrado, na forma de uma flor de ipê.

CAUSA NOBRE

III Um "ato humano de dignidade", classificou a primeira-dama Raquel Rodrigues. Ela comemorava o montante de 1 milhão de reais arrecadados numa série de ações que englobou o desfile da Noite Corações de Ouro. Os recursos têm como destino a montagem do laboratório e do ambulatório do Hospital do Câncer, entre outras iniciativas.

MOMENTO

III A empresária Erika Franco, filha de Siron, representou o pai no evento da AngloGold Ashanti (Serra Grande) ao lado da filha Camila, de 13 anos. Mais que outros convidados de sua mesa, ela ficou visivelmente emocionada quando a apresentadora Glória Maria falou de seu pai com intimidade e carinho.



MAIS (E NÃO MENOS) INVESTIMENTOS

Mineradora acelera projetos para expandir a produção de ouro, investindo R\$ 120 milhões para instalar sua quarta mina em Crixás

Depois de oscilar abaixo dos US\$ 300 por onça na Bolsa de Metais de Londres até 2001, o ouro experimentou escalada vertical nos anos seguintes, tendência que não foi interrompida pela crise financeira internacional. Ao contrário. Depois de oscilar entre US\$ 760 e pouco mais de US\$ 800 entre setembro e outubro, segundo o site kitco.com, os preços do metal escalaram até US\$ 943 na média anotada em fevereiro, recuaram para US\$ 890 no balanço inicial dos primeiros 20 dias de abril e caminhavam para US\$ 910 no fechamento do mês, quase 34% acima

da média negociada em abril de 2007.

“A crise global afeta todos os setores, inclusive a indústria do ouro. O setor apenas sofre impacto menor”, afirma Hécio Guerra, presidente da Mineração Serra Grande, uma joint-venture resultante da associação entre a AngloGold Ashanti e a canadense Kinross, que concentra suas operações em Crixás, no Norte goiano, onde explora ouro em três unidades e inicia agora a implantação de sua quarta mina – a terceira em subsolo. A Serra Grande, com produção anual em torno de 5 toneladas, é a maior

produtora e exportadora de ouro do Estado.

Dois fenômenos têm contribuído para dar sustentação ao mercado de ouro. O primeiro deriva da “fuga para a qualidade” dos investidores, cada vez mais avessos ao risco num mercado que parece demonstrar capacidade inédita de destruição de ativos. O segundo fator diz respeito à estratégia adotada pelos bancos centrais ao redor do mundo, que decidiram limitar a venda de seus estoques de ouro, como forma de proteger as reservas e amenizar o impacto das oscilações e turbulências que



Exploração de ouro em Crixás: produção deverá crescer para mais de 6,4 toneladas em 2013

Nova mina em Crixás

No ano passado, a mineradora iniciou o projeto de expansão da produção e do processamento de minério, ampliando sua capacidade em 44%, de 800 mil para 1,150 milhão de toneladas por ano. Entre 2008 e o final do primeiro trimestre deste ano, quando a implantação foi concluída, o investimento somou R\$ 50 milhões. “Em abril, a mina entrou em operação total”, acrescenta Farace. Ainda assim, a produção esperada para este ano deverá alcançar 4,8 toneladas de ouro, abaixo do volume produzido em 2008, quando foram extraídas pouco mais de cinco toneladas.

Ainda em 2009, a Serra Grande investirá R\$ 120 milhões no desenvolvimento e na implantação da mina Palmeiras, a quarta na região de Crixás, o que deverá ampliar a produção para 5,8 toneladas depois do início da operação, prevista para 2010, com projeção para atingir mais de 6,4 toneladas em 2013.

A ampliação da capacidade instalada levará a empresa a contratar mais 160 pessoas neste ano, elevando o total de empregos diretos para 900, num acréscimo de 22%. Considerando-se as três centenas de postos de trabalho indiretamente gerados pela mineradora, são 1,2 mil funcionários empregados no total.

A valorização do metal deverá permitir



Guerra: aversão ao risco e estratégia dos bancos centrais em todo o mundo sustentam preços do metal

que a Serra Grande aumente seu faturamento em quase 12% até o final de 2009, somando perto de R\$ 300 milhões. No ano passado, as receitas haviam alcançado R\$ 268 milhões. A empresa destina toda sua produção ao mercado externo e, apenas no primeiro trimestre deste ano, exportou US\$ 24,878 milhões, crescendo 51,8% em relação aos primeiros três meses de 2008, quando suas vendas já haviam saltado 569,6%, para US\$ 76,396 milhões.

têm atingido o mercado do dólar.

De uma forma ou de outra, o comportamento das cotações do metal nos últimos anos e as projeções para o futuro estimularam os acionistas da Mineração Serra Grande a incrementar investimentos. “O preço em ascensão gera a oportunidade para que as empresas promovam o crescimento de suas operações”, reforça Guerra. Nos últimos dois anos, afirma Camilo Lélis Farace, gerente geral de operações da mineradora, foram destinados R\$ 20 milhões para pesquisa mineral no entorno de Crixás, o que permitiu acrescentar 400 mil onças (perto de 12,9 toneladas) às reservas medidas. Nos próximos quatro anos, 2009 incluído, mais R\$ 94 milhões serão investidos em exploração e pesquisas de recursos minerais.

ESTRATÉGIA SUSTENTÁVEL

O presidente da Mineração Serra Grande, Hécio Guerra, esteve em Goiânia no dia 23 de abril para participar da Noite dos Corações de Ouro, evento no qual foram apresentadas as criações que participaram da quarta edição do AuDITIONS, maior concurso de design de joias em ouro do mundo. Esses produtos estiveram expostos pela primeira vez em Goiânia, no Shopping Flamboyant, até 2 de maio.

Numa parceria entre a mineradora, o governo de Goiás, a Fieg, Organização das Voluntárias de Goiás (OVG) e a Organização Jaime Câmara, um jantar realizado no Palácio das Esmeraldas arrecadou fundos destinados à

ampliação e modernização do Setor de Transplante de Medula Óssea do Hospital Araújo Jorge, da Associação de Combate ao Câncer em Goiás.

O concurso, observa Guerra, permite o “casamento” entre estratégia de mercado e a política de sustentabilidade social da Mineração Serra Grande. “Grande parcela do consumo mundial de ouro físico deve-se à demanda do setor de joalherias. O AuDITIONS permite promover a cadeia e agregar valor ao nosso negócio, ao mesmo tempo em que olhamos para a sustentabilidade social de nossa operação”, comenta.

Pacto federativo sob ameaça

Primeiro vice-presidente do Senado, Marconi Perillo vai à Fieg para falar de reforma tributária, crise econômica e investimentos públicos

A agenda já era ampla, complexa o suficiente para impedir que seus temas fossem esgotados em um encontro único, num só final de dia. O senador Marconi Perillo (PSDB-GO), primeiro vice-presidente do Senado, chegou à Casa da Indústria, sede da Fieg, por volta das 17 horas de quinta-feira, dia 16 de abril, para uma “reunião administrativa”, como descreveu Paulo Afonso Ferreira, seu anfitrião, promovida pelos conselhos temáticos de Infraestrutura, Política Econômica, Agronegócio, Comércio Exterior e Negócios Internacionais da entidade.

Depois do cerco costumeiro da imprensa, Perillo ouviu rápida exposição de cada um dos presidentes dos quatro conselhos temáticos, que seguiram um roteiro bastante próximo, com um ou outro atalho. Após as apresentações de praxe pelo presidente da casa, Roberto Elias de Lima Fernandes, presidente do Conselho Temático de Infraestrutura, sugeriu que os representantes da bancada goiana no Congresso articulassem entre si “uma forte união” para destravar projetos e obras públicas que Fernandes considera estratégicas para o Estado. A exemplo do aeroporto e do terminal de cargas de Goiânia.

Em nome do agronegócio, André Baptista



“Quero ser convencido de que a reforma tributária não trará perdas para Goiás”

Marconi Perillo,
senador, ao falar para
lideranças empresariais na Fieg

da Rocha voltou a insistir em soluções para o gargalo logístico que penaliza o setor e impede ganhos de competitividade. Marley Antônio da Rocha, vice-presidente do Conselho Temático de Política Econômica, cobrou ousadia do Congresso para que as reformas estruturais caminhem, permitindo criar um ambiente de negócios mais saudável. Na área de comércio exterior, Heribaldo Egidio lembrou o salto realizado pelo Estado na área das exportações, que cresceram dez vezes na última década, mas acrescentou que a crise internacional interrompeu o que parece ter sido o maior ciclo de crescimento experimentado pela economia brasileira, criando desafios para o País e para o Estado.

Perillo comentou rapidamente os efeitos da crise sobre as economias brasileira e goiana, ironizando o presidente Luiz Inácio Lula da Silva, que havia menosprezado o impacto da recessão mundial sobre o Brasil. “A marolinha virou uma tsunami”, afirmou Perillo. Mas alongou-se ao comentar o projeto de reforma tributária relatado por seu colega de bancada, deputado federal Sandro Mabel.

A proposta de federalizar o ICMS, disse o senador, representa uma “punhalada de morte no pacto federativo.” Em sua opinião, os governos estaduais não podem abdicar do direito de fazer gestão tributária, lembrando que a União já concentra 73% da arrecadação total de impostos no País e recorre ao subterfúgio das contribuições para burlar a Constituição e não compartilhar receitas com Estados e municípios. “Devemos, ainda, olhar com muita cautela a tributação no destino, porque Goiás é grande produtor de matérias-primas, alimentos, energia elétrica”.



A HORA DO SELO



Tatiana Jucá: empresas estão mais preparadas para expor seu produto

Fabricantes concluem as etapas iniciais do programa e entram na sua fase final, preparando-se para a certificação das empresas e de seus produtos

Pioneiro no País, conforme descreve o presidente do Sindicato da Indústria de Produtos de Cimento do Estado de Goiás (Sinprocimento), Marley Antônio da Rocha, o Programa Goiano de Qualidade de Lajes Pré-Fabricadas (PGQL) entra na reta final e 17 entre as 21 empresas participantes começam a ser auditadas pelo ICQ Brasil, contratado para realizar a certificação final. Dessas, completa Tatiana Jucá, gerente técnica do ICQ Brasil, 16 empresas já passaram pela etapa de auditoria in loco e estão agora à espera do ensaio do produto pelo laboratório credenciado.

De acordo com Rocha, o Laboratório Carlos Campos fará os ensaios tecnológicos para aferir a qualidade das lajes. “As empresas mudaram seu perfil e modernizaram-se, preparando-se para oferecer ao mercado um produto de maior qualidade e segurança”, avalia o presidente do Sinprocimento. O PGQL é resultado de associação entre sindicato e Fieg, e integra o Programa de Apoio à Competitividade das Micro e Pequenas Empresas Industriais (Procomp), desenvolvido pela CNI e pelo Sebrae.

O ineditismo do programa está em sua concepção diferenciada, já que não se limitou a comprovar a qualidade do produto final. Desenvolvido em várias etapas, o PGQL envolveu desde a administração de cursos e palestras sobre boas práticas de produção, técnicas recomendadas, gestão da qualidade do processo, gestão estratégica, financeira e de marketing, até qualificação na área comercial e

capacitação em saúde laboral e segurança no trabalho.

Os fabricantes de lajes, retoma Tatiana, puderam estabelecer “critérios objetivos de qualidade, desde a concepção do produto, na fase de projeto, até o pós-venda, criando, além disso, formas apropriadas de armazenamento da matéria-prima e layout da fábrica, com locais determinados para carga e descarga, produção e cura das peças até o empilhamento de vigotas prontas para transporte.” A produção passou a ser monitorada de forma efetiva, as etapas de produção foram padronizadas, o que permitiu não só ganhos de produtividade, mas também redução de desperdícios e do retrabalho, o que se traduz em custos mais baixos.

Fabricantes de aço, cimento e outros produtos também foram incorporados ao programa. Tatiana ressalta empresas e fornecedores perceberam “que a qualidade das lajes treliçadas depende também da qualidade dos demais componentes.”

Um dos grandes méritos do programa, destaca Tatiana, talvez tenha sido reunir empresários, que até então se viam como concorrentes, para debater questões relacionadas à qualidade de seus produtos. “Atualmente, empresários e sua equipe de produção, em sua maior parte, encontram-se mais preparados para expor seu produto. E nota-se que foi criado um senso crítico com relação a materiais, fornecedores e às suas próprias rotinas”, acrescenta a gerente do ICQ Brasil.

Simplago

Tecnologia

O Sindicato das Indústrias de Material Plástico no Estado de Goiás (Simplago) promoveu, em abril, na Escola Senai Vila Canaã, o Simpósio Tecnológico do Processo de Impressão Flexográfica. Participaram supervisores, líderes, impressores e profissionais da área.

Sindmóveis

Salão mundial

Missão empresarial goiana, organizada pelo Senai Goiás e pelo Sindicato da Indústria de Móveis e Artefatos de Madeira (Sindmóveis-GO), em parceria com o Sebrae-GO, participou da 48ª edição do Salão Internacional do Móvel, realizado entre 19 e 26 de abril, em Milão, na Itália. A maior feira do gênero no mundo reuniu mais de 2 mil expositores, numa área de 220 mil m², onde foram apresentadas as principais tendências e novidades nas áreas de tecnologia de produção, design e novos materiais. Além da participação no salão, a comitiva goiana participou de encontros com consultores e designers do setor, conheceu o centro de formação profissional Giuseppe Terragni e visitou outras feiras, inclusive do setor de maquinário.



Sindibrita

NOVA DIREÇÃO

O Sindicato das Indústrias Extrativas de Pedreiras do Estado de Goiás, Tocantins e Distrito Federal (Sindibrita) empossou a nova diretoria para o período 2008/2009 (foto). Sob presidência de Moacyr Rabello Leite Neto, participaram ainda do comando do sindicato os empresários Fábio Rassi, primeiro vice-presidente, Wellington de Oliveira Blanc, segundo vice, e os secretários Alcyr Mendonça Júnior e Uilson José Pinto.

Bento Gonçalves

Tradicional palco de lançamentos mundiais de máquinas, acessórios e ferramentas para a indústria de móveis, a edição deste ano da Feira Internacional de Máquinas, Matérias-Primas e Acessórios para a Indústria Moveleira (FIMMA Brasil) atraiu um grupo de 40 empresários goianos (foto), organizados pelo Sindmóveis. Realizado em Bento Gonçalves (RS) entre 23 e 27 de março, o evento gerou negócios em torno de R\$ 500 mil para o grupo.



Simelgo e Sinvest

Palestra

A crise internacional, suas origens e perspectivas. Esse foi o tema de palestra do professor Jean-Marie Lambert, professor de Direito Internacional da Universidade Católica de Goiás e doutor em Relações Internacionais pela Universidade de Liège (Bélgica), promovida pelo Simelgo e pelo Sinvest, no dia 30 de abril.

Eja - Educação de Jovens e Adultos.

O Programa permite mais

que o acesso de pessoas

à educação de qualidade.

Ele promove o resgate da cidadania, da

dignidade e abre a porta para o mundo do

trabalho. Conheça o EJA e veja como a educação

pode transformar a vida dos colaboradores e o

desempenho das empresas.

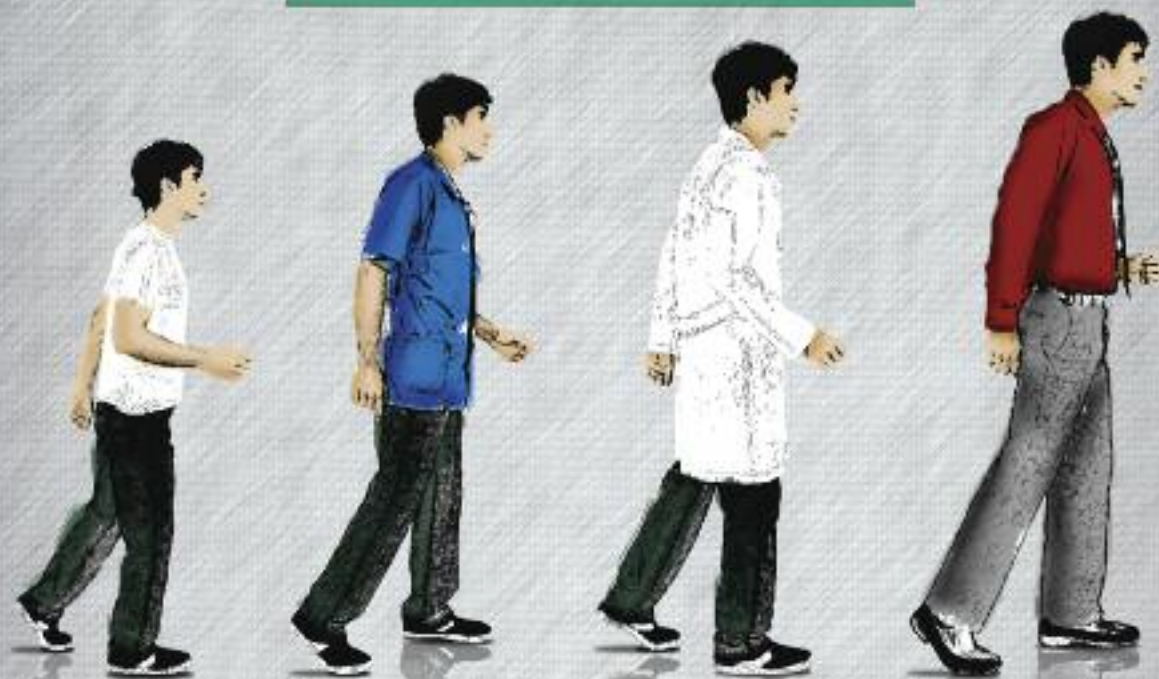
Conheça outros serviços na área de educação
do Sesi no site www.sesigo.org.br

Fone: (62) 3219-1300



FIEG-SESI

EDUCAÇÃO PROFISSIONAL DO SENAI



PARA SUA CARREIRA CRESCER FORTE E SADIA.
INFORMAÇÕES: 62 3219-1400 - www.senaigo.com.br

- CURSOS:**
- APRENDIZAGEM INDUSTRIAL **(Gratuita)**
 - HABILITAÇÃO TÉCNICA

Inscrições abertas*

Faculdade de Tecnologia SENAI Roberto Mangó - Anápolis: 62 3902-6200
Faculdade de Tecnologia SENAI de Desenvolvimento Gerencial - Goiânia: 62 3269-1200
Faculdade de Tecnologia SENAI Ítalo Bolegha - Goiânia: 62 3226-4500
Escola SENAI Vila Canaã - Goiânia: 62 3558-3344
Escola SENAI Itumbalara: 64 3432-2500

Unidade Integrada Sesi SENAI Rio Verde: 64 3602-2752
Unidade Integrada Sesi SENAI Catalão: 64 3411-1095
Unidade Integrada Sesi SENAI Niquelândia: 62 3354-1002
Unidade Integrada Sesi SENAI Aparecida de Goiânia: 62 3236-6903



FIEG SENAI